

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ALINE RACHADEL DA SILVA

**Ações, desempenho e perspectivas do Banco Regional de Desenvolvimento
do Extremo Sul (BRDE): avaliação dos anos 2000.**

Florianópolis, 2011

ALINE RACHADEL DA SILVA

**AÇÕES, DESEMPENHO E PERSPECTIVAS DO BANCO REGIONAL DE
DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE): AVALIAÇÃO DOS ANOS
2000.**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências
Econômicas para a obtenção de carga horária na disciplina
CNM 5420 - Monografia

Orientador: Prof. Dr. Silvio Antônio Ferraz Cario

Florianópolis, 2011

Ações, desempenho e perspectivas do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE): avaliação dos anos 2000.

A Banca Examinadora resolveu atribuir nota 9,0 (Nove) à aluna Aline Rachadel da Silva na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho. Em 12 de julho de 2011.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Silvio Antônio Ferraz Cario
Presidente – UFSC

Sr. Francisco de Melo Aquino
Membro – BRDE

Prof. Dr. Jaime César Coelho
Membro – UFSC

*Aos meus pais, Paulo e Raquel,
por toda a compreensão, amor e dedicação
Ao meu irmão, Roberto,
por ser tão especial.
Ao meu noivo, João Luiz,
pelo companheirismo e amor.*

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é fruto e conclusão do curso de graduação em Ciências Econômicas, nesses cinco anos, muitos foram aqueles que se empenharam para que eu chegasse até aqui.

Gostaria de agradecer a todos os professores do departamento, pelo empenho para que eu pudesse alcançar meus objetivos, além da convivência que tivemos nesse período.

Ao professor orientador Silvio Antônio Ferraz Cario pela dedicação ao meu trabalho e empenho e comprometimento para a formação dos acadêmicos do curso de Ciências Econômicas da UFSC.

Aos funcionários do Departamento de Ciências Econômicas, sempre muito prestativos em tudo que necessitei.

Ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, que representado pelo Sr. Francisco, me forneceu os dados que solicitei, além do apoio necessário.

Por fim, a todos que direta ou indiretamente participaram comigo da minha formação e na realização desse trabalho.

RESUMO

O objetivo desse estudo é analisar as ações, desempenho e perspectivas do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul no período de 2003 a 2010. Para tanto, descreveu-se a história do banco entre as décadas de 1960 e 1990. Após, investigou-se o desempenho operacional do Banco nos anos 2000, através das liberações, contratações e aprovações, percebeu-se que essas vêm crescendo nos anos 2000. Analisou-se suas contratações pelo porte do mutuário, verificando com isso que a maior parte das contratações são efetuadas por produtores rurais; as contratações pela origem dos recursos, observando com isso a importância do Sistema BNDES nos recursos do BRDE. Além disso, investigaram-se as repercussões socioeconômicas da atividade operacional do mesmo através do acréscimo do ICMS que o banco gera para os Estados e a quantidade de empregos que vem sendo criada ou mantida, e a sua posição no ranking do Sistema BNDES que vem ganhando destaque. Em seguida investigou-se o desempenho econômico-financeiro do BRDE, através da análise da distribuição da sua carteira de financiamentos por setor de atividade, onde se pode observar uma presença muito forte do setor industrial de alimentos e bebidas, logo após, analisou-se a rentabilidade do patrimônio líquido, a taxa de inadimplência e o nível de risco da carteira de financiamentos do Banco, que vem apresentado resultado satisfatório. Analisou-se as metas orçamentárias propostas e os orçamentos verificados, observando com isso que o banco tem alcançado suas metas ao longo dos anos 2000. Por fim, analisou-se as perspectivas do BRDE no período 2011-2015, através de Plano Estratégico de Gestão e seu Mapa e Indicadores Estratégicos. Observou-se que o banco pretende manter sua conduta de responsabilidade social, além de alcançar um maior número de clientes, participando melhor do desenvolvimento da Região Sul.

PALAVRAS-CHAVE: BRDE. Ações. Desempenho. Perspectivas.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the actions, performance and prospects of the Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul in the period 2003 to 2010. For this, the history of the bank between the 1960's and 1990's was described. After, the operational performance of the bank in the 2000's was analyzed, through the releases, contracts and approvals, it was realized that these are growing in the 2000s. An analysis in his hiring was made based on the size of the borrower, thereby verifying that the majority of hires are made by farmers, hiring by funding sources, noting the importance of BNDES's system on the BRDE's resources. In addition, it was investigated the socioeconomic impact of operational activity of the same, through the addition of ICMS that the bank generates for the states and the number of employments being created or maintained, and his position on BNDES System's ranking that is gaining prominence. After that it was investigated the BRDE's economic-financial performance, through the analysis of the distribution of its financing portfolio by sector, where it could be observed a very strong presence in the industrial sector of food and drinks, after it was examined the return on equity, the default rate and the risk level of the Bank's lending portfolio, which has shown satisfactory results. It was analyzed the proposed budget targets and budgets checked, observing that the bank has achieved its goals through the 2000's. Finally, it was analyzed the BRDE's prospects in the period 2011-2015, through the Management Plan and its Strategic Map and Strategic Indicators. It was observed that the bank intends to keep its conduct of social responsibility, and reach a greater number of customers taking a better participation on the development of the South Region.

KEYWORDS: BRDE. Actions. Performance. Perspectives.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Contratações de Financiamentos 2003-2010.....	63
Gráfico 2: Contratações por Porte do Mutuário 2003-2010.....	65
Gráfico 3: Aprovações de Operações de Crédito 2003-2010.....	67
Gráfico 4: Distribuição da Carteira de Investimento por Nível de Risco 2003-2010.....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais Acontecimentos entre as décadas de 1960-1990.....	56
Quadro 2: Diretoria do BRDE entre 2003-2011.....	60
Quadro 3: Diretriz I - Ações Estratégicas.....	83
Quadro 4: Diretriz II - Ações Estratégicas.....	84
Quadro 5: Diretriz III - Ações Estratégicas.....	84
Quadro 6: Diretriz IV - Ações Estratégicas.....	85
Quadro 7: Diretriz V - Ações Estratégicas.....	85
Quadro 8: Objetivos e Indicadores Estratégicos para 2011-2015.....	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma da Administração do BRDE.....	61
-----------------------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Liberações de Recursos 2003-2010.....	62
Tabela 2: Contratações de Financiamentos por Estado 2008-2010.....	64
Tabela 3: Contratações por Origem dos Recursos 2003-2006.....	66
Tabela 4: Contratações por Origem dos Recursos 2007-2010.....	66
Tabela 5: Repercussões Socioeconômicas da Atividade Operacional 2003-2010.....	68
Tabela 6: Posição do BRDE no Ranking do Sistema BNDES 2003-2006.....	68
Tabela 7: Posição do BRDE no Ranking do Sistema BNDES 2007-2010.....	68
Tabela 8: Distribuição da Carteira de Financiamentos por Setor de Atividade 2005-2010.....	70
Tabela 9: Rentabilidade do Patrimônio Líquido 2003-2010.....	71
Tabela 10: Taxa de Inadimplência da Carteira de Crédito 2003-2010.....	72
Tabela 11: Previsões Orçamentárias e Orçamentos Verificados 2004-2007.....	74
Tabela 12: Previsões Orçamentárias e Orçamentos Verificados 2008-2010.....	74
Tabela 13: Metas de Contratação para 2011.....	78
Tabela 14: Metas Específicas para 2011-2012.....	87
Tabela 15: Meta Global 2011-2012.....	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN – Banco Central do Brasil

BASA – Banco da Amazônia S.A.

BB – Banco do Brasil

BDMG – Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.

BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH – Banco Nacional de Habitação

BP – Banco Público

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

CDB – Certificado de Depósito Bancário

CEF – Caixa Econômica Federal

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CMN – Conselho Monetário Nacional

CODESUL – Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul

FINAME – Agência Especial de Financiamento Industrial

FIPEME – Financiamento para Pequenas e Médias Empresas

FUNDECE - Fundo de Democratização do Capital de Giro

IFD – Instituições Financeiras de Desenvolvimento

JK – Juscelino Kubitschek

MS – Mato Grosso do Sul

PEG – Plano Estratégico de Gestão

PIB – Produto Interno Bruto

PLAMEG – Plano de Metas do Governo

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PR – Paraná

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RS – Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Tema e problema.....	15
1.2 Objetivos.....	17
1.2.1 Objetivo geral.....	17
1.2.2 Objetivos específicos.....	18
1.3 Justificativa.....	18
1.4 Metodologia.....	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 Moeda e crédito.....	21
2.1.1 A visão Schumpeteriana.....	21
2.1.2 A visão Marxista.....	22
2.1.3 A visão Keynesiana.....	24
2.1.4 Definição da moeda e sua evolução.....	26
2.2 Estado, desenvolvimento e financiamento.....	27
2.2.1 Expansão da força produtiva e o Estado.....	27
2.2.2 Estado, industrialização e desenvolvimento.....	29
2.3 Bancos públicos e o desenvolvimento.....	31
2.4 Financiamento do desenvolvimento.....	32
2.4.1 Evolução do Sistema Financeiro Nacional.....	32
2.4.2 As Instituições Financeiras de Desenvolvimento - IFD.....	34
2.5 Bancos de desenvolvimento.....	35
2.5.1 O Financiamento no Brasil e o surgimento das agências de fomento.....	36
2.5.2 A instituição e a operação.....	37
2.6 Síntese conclusiva.....	40
3 TRAJETÓRIA DO BRDE NAS DÉCADAS DE 1960 A 1990.....	42
3.1 Desenvolvimentismo na Região Sul.....	42
3.1.1 Surge uma consciência desenvolvimentista na Região Sul	42
3.2 Década de 1960: a criação.....	44
3.2.1 Contexto histórico.....	44
3.2.2 Nasce o BRDE.....	45
3.2.3 Os recursos para o financiamento.....	47

3.3 Década de 1970: expansão e consolidação.....	48
3.3.1 Contexto histórico.....	48
3.3.2 Expansão e consolidação do BRDE.....	49
3.4 Década de 1980: endividamento e liquidação.....	51
3.4.1 Contexto histórico.....	51
3.4.2 O endividamento e a liquidação do Banco.....	52
3.5 Década de 1990: o BRDE volta a operar.....	54
3.5.1 Contexto histórico.....	54
3.5.2 Da liquidação ao reinício das operações.....	54
3.6 Principais acontecimentos das décadas de 1960 a 1990.....	56
4 DESEMPENHO OPERACIONAL E ECONÔMICO-FINANCEIRO DO BRDE	
ENTRE OS ANOS 2003-2010.....	58
4.1 Estrutura atual do BRDE.....	58
4.1.1 Dados estruturais em 31/12/2010.....	58
4.1.2 Missão, visão e valores.....	59
4.1.3 Administração do Banco.....	59
4.2 Desempenho operacional do BRDE entre os anos 2003-2010.....	62
4.2.1 Liberações de recursos.....	62
4.2.2 Contratações de financiamentos.....	63
4.2.2.1 Contratações por Estado.....	64
4.2.2.2 Contratações por porte do mutuário.....	64
4.2.2.3 Contratações por origem de recursos.....	65
4.2.3 Aprovações de operações de crédito.....	66
4.2.4 Repercussões socioeconômicas da atividade operacional do BRDE.....	67
4.2.5 Posição do BRDE no Ranking do Sistema BNDES.....	68
4.3 Desempenho econômico-financeiro do BRDE entre os anos de 2003 a 2010.....	69
4.3.1 Distribuição da carteira de financiamentos por setor e gênero de atividade.....	69
4.3.2 Rentabilidade do Patrimônio Líquido médio.....	71
4.3.3 Taxa de inadimplência.....	72
4.3.4 Distribuição da Carteira de Financiamentos por Nível de Risco.....	72
4.3.5 Previsões orçamentárias e orçamentos verificados.....	74
4.4 Destaques institucionais e organizacionais.....	75
4.5 Responsabilidade social.....	77
4.6 Expectativas para 2011.....	77

4.7 Síntese conclusiva.....	78
5 PERSPECTIVAS DO BRDE PARA OS ANOS 2011-2015.....	81
5.1 Cenário institucional.....	81
5.2 Diretrizes e ações estratégicas do PEG 2009-2012.....	82
5.2.1 Diretriz I – Melhorar a Eficiência do BRDE.....	82
5.2.2 Diretriz II – Desenvolver Novas Oportunidades de Negócios.....	83
5.2.3 Diretriz III – Ampliar o Grau de Satisfação dos Clientes.....	84
5.2.4 Diretriz IV – Ampliar a Recuperação de Créditos Provisionados.....	84
5.2.5 Diretriz V – Ampliar Ações Típicas de Planejamento.....	85
5.3 Objetivos permanentes do BRDE.....	86
5.4 Metas do PEG 2009-2012.....	86
5.5 Mapa e indicadores estratégicos do BRDE para 2011-2015.....	88
5.5.1 Planejamento Estratégico do BRDE 2011-2015.....	89
5.6 Síntese conclusiva.....	90
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS.....	95

1 INTRODUÇÃO

Para analisar as ações, desempenho e perspectivas do BRDE ao longo dos anos 2000, o estudo é estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo são apresentados o tema e problema de pesquisa, os objetivos delimitados para esse estudo e a metodologia utilizada; no segundo capítulo são analisadas as funções do crédito e da moeda em uma economia capitalista e também do Estado como indutor do desenvolvimento, em seguida são apresentadas as funções de um banco de desenvolvimento e sua estrutura; no terceiro capítulo desenvolve-se a trajetória do BRDE desde sua criação até fins da década de 1990; no capítulo quatro são analisados o desempenho operacional e econômico-financeiro do Banco, através de análise das suas aprovações, liberações e contratações; no quinto capítulo são definidas as perspectivas do BRDE para os próximos quatro anos através de seu Plano de Gestão Estratégico; e no sexto e último capítulo estão as considerações finais desse estudo.

1.1 Tema e problema

O Estado tem atuado como indutor do desenvolvimento econômico. Há aqueles que concordam com a intervenção do Estado na economia e há aqueles que discordam. O fato é que, segundo GOMES (2009), o papel do Estado nos países em desenvolvimento é muito importante, visto que a população depende do Estado para obter serviços como: educação, saúde, transporte. Além do mais, sua intervenção na economia garante o incentivo ao crescimento da atividade econômica.

Dentro das funções do Estado situa-se a correção de falhas de mercado e a condução do país ao crescimento econômico, onde sobressaem seus investimentos. Parte-se do investimento em infraestrutura, setores esses que as iniciativas privadas não possuem interesse em aplicar seu capital, visto que o capital aplicado nesse tipo de empreendimento leva algum tempo para dar retorno. O Estado passa a atuar como produtor e como protetor da indústria nacional (GOMES, 2009).

Desde o governo de Getúlio Vargas, muito se fala de Estado Desenvolvimentista, Estado esse que deveria defender a industrialização, defender o intervencionismo pró-crescimento, além da defesa do nacionalismo. Esses três elementos precisam estar unidos para

que se tenha o desenvolvimento de uma nação. O desenvolvimento configura-se como um elo que dá sentido à ação do governo (FONSECA, 2004).

A partir do momento que surge essa necessidade de investimentos, surge também a necessidade de capital que aporte esse investimento. Na maioria dos casos, o investidor não é ele mesmo o poupador, apresenta-se com isso a necessidade de organismos que transfiram essa renda de poupadores para investidores. Existem no setor financeiro, segundo Teixeira (1978), dois tipos de “unidades econômicas” (organismos que executam funções econômicas): unidades de dispêndio e intermediários financeiros. As unidades de dispêndio atuam na produção de bens e serviços, enquanto os intermediários financeiros atuam exclusivamente na área financeira, principalmente com concessão de crédito. “Assim, nesse tipo de análise, as unidades de dispêndio seriam empresas, famílias e governo, com exclusão das instituições financeiras” (TEIXEIRA, 1978, p. 8). Já o intermediário financeiro é o gerenciador dos recursos excedentes das unidades de dispêndio. O sistema financeiro existe para que essas trocas possam ser mais flexíveis, além de gerar uma maior eficácia na utilização dos excedentes das unidades de dispêndio.

Podemos dizer que o papel do sistema financeiro, por um lado, torna-se cada vez mais importante, à medida que os fenômenos de financiamento da atividade produtiva exigem maior flexibilidade, ou em outras palavras, na proporção em que a economia atinge maiores níveis de desenvolvimento, dada a própria complexidade que assumem as relações econômico-financeiras (TEIXEIRA, 1978, p. 16).

Esse papel do sistema financeiro vai depender do número e do tipo das instituições existentes nesse sistema, a sua importância está relacionada à maneira pela qual é controlado e organizado seu funcionamento. Quanto maiores forem as instituições de fomento, maior será o desenvolvimento do país no qual está inserido esse sistema financeiro.

Um banco de desenvolvimento é uma instituição financeira governamental, “especializada na prestação de assistência financeira e técnica aos setores produtivos, com vistas ao desenvolvimento econômico e social de suas respectivas áreas de atuação” (TEIXEIRA, 1978, p. 29).

O objetivo principal dos bancos de desenvolvimento é proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médios e longos prazos, de programas e projetos que visem promover o desenvolvimento econômico e social, conforme determinação governamental (PINHEIRO, 2009, p. 82).

Em 1961 foi criado o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), com o objetivo de alavancar o desenvolvimento da Região Sul. Região essa que possuía 63% de população rural e uma agricultura voltada principalmente para a subsistência. Com a

criação do banco o cenário da região foi modificado, setores industriais, antes pouco significativos, nos anos 80 e 90 consolidam-se; como papel e celulose, cerâmica, móveis, calçados, têxteis, confecções, petroquímica e plásticos, máquinas e equipamentos. Outro fato soma-se ao já mencionado, 81% da população da região sul passou a viver nas cidades (LUCAS; SOUZA, 2006).

Nesse período, o BRDE foi mais do que uma instituição de crédito. Nos mais variados setores econômicos, o banco foi parceiro na elaboração de estudos de viabilidade e de mercado, no planejamento, e claro, no financiamento às atividades empresariais. O BRDE teve papel decisivo também na modernização da infraestrutura – energia, telecomunicações, estradas e portos. Atuou no fortalecimento do setor primário, na expansão e modernização da indústria e na consolidação de vários segmentos no setor terciário (LUCCAS; SOUZA, 2006, p. 5).

Nos seus primeiros anos o BRDE concedeu financiamento quase que exclusivamente para a indústria. Somente a partir de 1965 as agências passaram a financiar o setor primário. O Estado que mais recebeu esse tipo de financiamento foi o Paraná. Paraná e Santa Catarina possuíam poucos financiamentos secundários, no entanto com o impulso do Rio Grande do Sul, é possível afirmar que “a atuação do BRDE não apenas acompanhou, mas ajudou a induzir a mudança de perfil da indústria do Extremo Sul” (FONSECA, 1988, p. 73).

A importância de um banco de desenvolvimento está centrada numa expansão da atividade produtiva da região onde está inserida, com isso uma maior desenvolvimento da mesma, aprimorando as atividades já inseridas e promovendo outras que explorem as suas deficiências. Desenvolveu-se um estudo do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, a fim de responder as seguintes questões:

Como se deu a trajetória do BRDE desde sua criação? Quais foram suas ações e seu desempenho no período 2003-2010? E qual a perspectiva do banco de longo prazo, até 2015?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar as ações, o desempenho e as políticas de longo prazo do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE – como banco de desenvolvimento econômico no período 2003-2010.

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar e identificar as funções teóricas e analíticas de um banco de desenvolvimento.
- Descrever o desenvolvimento sob perspectivas históricas do banco até o final dos anos 1900.
- Avaliar o desempenho operacional e econômico-financeiro do BRDE nos anos 2000.
- Identificar as políticas de desenvolvimento de longo prazo do banco.

1.3 Justificativa

Os bancos de desenvolvimento atuam em áreas pouco atrativas para a iniciativa privada. Ao se criar um banco de desenvolvimento objetiva-se a promoção do desenvolvimento econômico e social da área em que a instituição atua. Essas instituições são redes de agências de fomento que se espalham por todo o país, concedendo créditos de médio e longo prazo. A criação dos bancos de desenvolvimento está relacionada com o suporte financeiro na expansão de setores estratégicos, assim sendo o critério de rentabilidade acaba não sendo o mesmo dos bancos privados.

No Brasil, a partir do início da década de 1960 os bancos de desenvolvimento começam a serem criados. Havia no país uma grande disparidade regional, fazendo com que surgisse no país um forte estímulo à diminuição dessas desigualdades.

Com a motivação da ideologia desenvolvimentista, em 1961, os três governadores do extremo sul, Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, Ney Braga, do Paraná e Celso Ramos, de Santa Catarina, resolveram criar o BRDE, com o objetivo de organizar a produção, investir a poupança e distribuir as riquezas, além da busca do pleno emprego.

Com o curso destes acontecimentos, a missão do BRDE, que é “Promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social de toda a região de atuação, apoiando as iniciativas governamentais e privadas, através do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de longo prazo” (BRDE, 2010a) , é criada e estruturada de forma a orientar sua atuação na região sul.

Ao longo do tempo as economias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul encontram no BRDE uma fonte de financiamento. Para que se possa entender como ocorre o

crescimento da região sul é necessário que a análise tenha como base as instituições que o promovem. E foi com esse intuito que foi estudado o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, visando entender de que maneira se deu a propagação do crescimento e desenvolvimento a partir de um banco de desenvolvimento, além de relacionar perspectivas para os próximos anos.

A importância desse estudo está em apresentar o funcionamento de uma Instituição de fomento regional, através de suas funções, história e de seu desempenho nos anos 2000. A partir de então, são definidas suas perspectivas para os próximos quatro anos. A Região Sul deve atribuir grande parte do seu desenvolvimento ao BRDE, que há 50 anos trabalha para prover e estimular ações que resultem no crescimento econômico e social da mesma. (BRDE, 2010a).

1.4 Metodologia

Nesta etapa do trabalho são apresentadas as metodologias de pesquisa que são utilizadas no desenvolvimento desse estudo, além dos métodos de coleta de dados.

O estudo utiliza a metodologia descritiva que “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, ainda o estabelecimento de relações entre as variáveis” (GIL, 1991, p. 39).

No método de procedimento a pesquisa utiliza o estudo de caso, onde os fatos são analisados através de uma única organização, nesse caso o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Esse tipo de estudo é bastante específico.

Os dados foram coletados a partir de pesquisa bibliográfica. “As pesquisas bibliográficas caracterizam-se por serem seus dados obtidos não a partir das pessoas, mas por intermédio de livros, revistas, jornais e toda sorte de documentos” (GIL, 1991, p. 42).

No que diz respeito ao procedimento metodológico, a pesquisa tem uma abordagem predominantemente qualitativa, abordagem essa que busca explicar o porquê das coisas.

A metodologia difere de acordo com o objetivo a ser alcançado. Para atingir o primeiro objetivo da pesquisa, onde se pretende identificar as funções teóricas e analíticas de um banco de desenvolvimento, será dado um destaque ao conceito de Moeda e Crédito, de Estado e Desenvolvimento, além da definição da estrutura e funções de um banco de desenvolvimento. Para tanto tirou-se proveito das contribuições de autores como Schumpeter

(1982), Mollo (1998), Corazza (1994), Cario (1994), Lopes e Rossetti (2002) Ianni (1989), ABDE (1994) e Teixeira (1978).

No que se refere ao segundo objetivo que visa descrever o desenvolvimento sob perspectivas históricas do banco até o final dos anos 1900, é analisado o desenvolvimento do banco desde sua criação. Para isso são utilizadas fontes bibliográficas como livros, artigos, revistas e publicações do Banco Regional de Desenvolvimento. Com esse fim, aproveita-se dos estudos de autores como Fonseca (1988), Luccas e Souza (2006) e Oliveira, Martini e Silva (1989).

Ao atender o terceiro objetivo, que é avaliar o desempenho operacional e econômico-financeiro do BRDE nos anos 2000, são analisados os Relatórios de Administração do Banco desde o ano de 2003 até o ano de 2010, com enfoque para as aprovações de operações de crédito, liberações de recursos e contratações de financiamentos, bem como a divisão desse total de contratações entre os Estados. Dados referentes à rentabilidade do Patrimônio Líquido e taxa de inadimplência também são analisados.

E por fim, para atender o quarto objetivo, que visa identificar as políticas de desenvolvimento de longo prazo do Banco, utiliza-se, além dos relatórios de administração do banco, o Planejamento Estratégico do mesmo para os anos de 2011 e 2012, os Indicadores Estratégicos e o Mapa Estratégico do BRDE para os anos 2011-2015.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender como atua o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul é necessário que alguns aspectos teóricos sejam analisados. Nesse capítulo são dadas definições de Moeda e Crédito a partir de três autores, Schumpeter, Marx e Keynes. São apresentadas também as funções do Estado no alcance do desenvolvimento. Por fim são caracterizados os bancos públicos de desenvolvimento.

2.1 Moeda e crédito

2.1.1 A visão Schumpeteriana

Para Schumpeter (1982), A economia pode ser semelhante à circulação de sangue em um organismo vivo, no entanto a economia também passa por mudanças que não são contínuas e que podem mudar o curso tradicional, são essas mudanças que Schumpeter pretende investigar.

O desenvolvimento não é uma tendência ao equilíbrio, ele é estranho ao fluxo circular da renda. É uma mudança descontínua nos canais do fluxo, perturba e altera o equilíbrio previamente existente. É caracterizado por novas combinações na produção, que podem se dar por cinco maneiras distintas: Introdução de um novo bem, introdução de um novo método de produção, abertura de um novo mercado, conquista de uma nova fonte de oferta de matéria-prima ou de bens semimanufaturados, ou o estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria (criação de uma posição de monopólio). O crédito surge como fator necessário a essas novas combinações.

A pergunta que Schumpeter se faz é: De onde vem o dinheiro necessário às novas combinações, caso o indivíduo não o tenha? Esse dinheiro vem dos fundos de pessoas que não gastam toda a sua renda, é resultado de inovação bem sucedida, do lucro empresarial.

Há uma outra forma de obter dinheiro para dar impulso às novas combinações, esse método de obter dinheiro é a criação de poder de compra pelos bancos.

Existe diferença entre os meios de pagamento utilizados no fluxo circular, e os meios de pagamento utilizados para as novas combinações. O banqueiro surge como um produtor de

meio de compra, tornando-se o capitalista por excelência. Ele está entre os que desejam formar novas combinações e os possuidores de meios produtivos. O banqueiro é em si um fenômeno de desenvolvimento.

Os meios de circulação criados não representam uma quantidade igual de dinheiro, existem em quantidade que não seria possível serem todos resgatados imediatamente. Sabe-se que sua criação centra-se nos bancos e constitui sua função fundamental. Esses meios passam a existir no processo de concessão de crédito e são criados especialmente para isso.

Schumpeter divide o crédito em duas categorias: normal e anormal. O crédito normal é aquele onde o empresário tem uma espécie de garantia que pode empenhar no banco, já no crédito anormal o empresário pode empenhar bens que adquirirá com o poder de compra que tomou emprestado.

Ambas servem ao mesmo propósito como meios de pagamento e são externamente indistinguíveis. Mas uma abarca meios de pagamento para os quais há uma contribuição correspondente ao produto social, a outra abrange meios de pagamento aos quais não corresponde até agora nada. (SCHUMPETER, 1982, p. 71)

Antes de se tornar empresário, o indivíduo deve se tornar um devedor. É o devedor típico da sociedade capitalista. Isso porque não é necessário que ele possua um lucro anterior para que possa se tornar um empresário. O empresário precisa apenas de crédito, o crédito cumpre um papel essencial no desenvolvimento industrial.

A função essencial do crédito no sentido em que tomamos consiste em habilitar o empresário a retirar de seus empregos anteriores os bens de produção que precisa, ativando uma demanda por eles, e com isso forçar o sistema econômico para dentro de novos canais. (SCHUMPETER, 1982, p. 74)

2.1.2 A visão Marxista

Para Marx uma economia produtora de mercadorias não pode ser concebida sem moeda. O dinheiro nasce com a produção de mercadorias e se desenvolve com ela. A mercadoria é fruto do trabalho privado e é convertida em dinheiro equivalente geral, que incorpora o trabalho social. É isso que faz com que Marx entenda a moeda como relação social. A exploração do trabalho assalariado também é uma forma de expressar a relação social contida na moeda, a força de trabalho se transforma em mercadoria e esta é usada para gerar mais valor.

“Esta noção de dinheiro como relação social, articula, portanto, classes, processos de trabalho, etapas de produção, circulação e distribuição, fazendo da moeda algo inseparável das economias capitalistas.” (MOLLO, 1998, p. 10) A moeda não é neutra, ela afeta a atividade produtiva.

“O dinheiro na economia capitalista é constitutivo, ele se origina da própria finalidade e da forma de organização dessa economia.” (CORAZZA, 1994, p. 117) O dinheiro é explicado pelo valor contido nas mercadorias. A gênese do dinheiro e suas propriedades fundamentais surgem da simples relação de troca entre duas mercadorias. Percebe-se que “o dinheiro não é uma mercadoria, mas o valor de uma mercadoria, encarnado no corpo de outra mercadoria.” (CORAZZA, 1994, p. 117)

Como medida dos valores e como padrão dos preços, o dinheiro exerce duas funções inteiramente diferentes. É medida dos valores por ser a encarnação social do trabalho humano, padrão dos preços por ser um peso fixado de metal. Como medida de valor, serve para transformar os valores das mais variadas mercadorias em preços, em quantidades imaginárias de ouro; como padrão dos preços, mede essas quantidades de ouro. (MARX, 1996, p. 222)

Segundo Marx a primeira forma assumida pelo dinheiro foi o ouro. O dinheiro-mercadoria foi a primeira forma assumida pelo dinheiro. “O dinheiro é a forma diferente que o valor da primeira mercadoria assume no corpo da segunda.” (CORAZZA, 1994, p. 118) O dinheiro é a forma pura do valor das mercadorias.

A moeda como equivalente geral é oriunda da moeda-mercadoria. Para ser um equivalente geral, é necessário que se atenda às seguintes funções: ser medida de valor, ser meio de circulação, ser meio de entesouramento e ser meio de pagamento. O dinheiro inicia e finaliza o ciclo completo de reprodução do capital.

A moeda é uma figura, realiza uma das funções do dinheiro, a função de meio de troca das mercadorias. “Considerar o dinheiro apenas como moeda implica a ideia de sua fácil manipulação pelo Banco Central. Já a noção de dinheiro como capital torna mais difícil e complexa a ideia de gestão monetária.” (CORAZZA, 1994, p. 120)

Enquanto moeda, o dinheiro não está plenamente constituído, somente quando ele deixar de ser meio e constituir-se em fim do movimento de valorização do valor, a economia será realmente uma economia monetária, e o dinheiro terá, então, se transformado em capital.

Para ser capital, o valor não pode se perder nem na forma dinheiro nem na forma mercadoria. Ele permanece ao mesmo tempo como dinheiro e como mercadoria. Nessa forma, o dinheiro pode ser dinheiro e mercadoria ao mesmo tempo.

Já o crédito, para Marx, potencializa o processo de acumulação, isso porque reduz o tempo de produção e de circulação, visto que sincroniza as várias etapas desse processo. Mas o crédito trás a possibilidade das crises. A disponibilidade de moeda ou de crédito está relacionada com o andamento da economia.

2.1.3 A visão Keynesiana

Segundo Mollo (1998), Para Keynes é importante diferenciar o que ele denomina de uma economia de troca de uma economia monetária de produção. A economia é composta de grandes incertezas. A moeda é o ativo mais líquido, e passa a ter grande importância na garantia contra essa incerteza. Devido ao longo tempo que se leva para maturar um investimento, há um caráter subjetivo ligado à decisão de investir. Caso a preferência pela liquidez seja muito alta, esta pode inibir as decisões de investimento.

A não-neutralidade da moeda afirmada por Keynes pode ser vista no fato de a determinação da taxa de juros ser monetária, tendo em vista que a taxa de juros é um dos fatores fundamentais da decisão de investir. A preferência pela liquidez também explica a não-neutralidade da moeda, isso porque a decisão de reter moedas inibe o investimento e provoca crises ou afeta a atividade produtiva de forma negativa. (MOLLO, 1998)

Já a endogeneidade da moeda está associada ao fato de que a oferta monetária pode ser afetada pela maior ou menor disposição dos agentes econômicos em geral de se manter mais ou menos líquidos.

Para a teoria neoclássica, o dinheiro é tomado como instrumento para tornar mais eficientes as transações econômicas, é neutro, não interfere nas decisões dos agentes econômicos, e é tratado como se não tivesse influências nos fenômenos reais. Já na teoria keynesiana, o dinheiro não é somente um facilitador de trocas e também não é neutro no processo de decisão dos agentes econômicos. O dinheiro significa poder de comando no processo de decisão capitalista.

“O dinheiro representa o móvel do desejo de acumulação de riqueza e constitui fator estratégico e operante do sistema, de forma que não se pode tecer considerações sobre o curso dos acontecimentos sem conhecer seu comportamento” (CARIO, 1994, p. 94).

A posse do dinheiro depende das expectativas que os agentes possuem com relação a modificações no valor deste ativo, e é essa expectativa que influencia o processo de decisão

capitalista. O dinheiro possui características diferentes dos demais valores patrimoniais. O dinheiro possui rendimento nulo, baixo custo de manutenção e alto prêmio de liquidez. Comparando o dinheiro com os demais valores imobiliários, percebe-se que o prêmio de liquidez do dinheiro supera em grande quantidade o seu custo de manutenção, enquanto nos demais ativos ocorre o inverso.

A sociedade organiza suas atividades através de contratos monetários, a incerteza com relação ao futuro e a posse de moeda estão relacionadas, isso porque não se pode confiar plenamente nas expectativas futuras, e a posse de moeda torna os agentes econômicos menos vulneráveis a alterações das expectativas futuras. Ao abrir mão dessa liquidez, os proprietários exigem uma remuneração como forma de compensação, o juro.

A preferência pela liquidez revela um estado que expressa a avaliação dos agentes quando ao comportamento futuro da taxa de juros. Neste processo, não interessa o patamar em que esta se encontra, mas sim as expectativas em relação ao seu comportamento futuro. Na medida em que existe incerteza quanto a este comportamento, os agentes fazem avaliações quanto à tendência futura desta variável monetária. Cada indivíduo pode ter razões específicas para conservar recursos na forma líquida, uma vez que é livre para prever o futuro à sua maneira; porém, a avaliação segura do que deve acontecer no futuro não é dada pela melhor opinião, mas pela avaliação média sobre o comportamento esperado do mercado, resultante do nível de confiança dos agentes. (CARIO, 1994, p. 98).

Na composição da taxa de juros interagem dois fatores, o monetário e o psicológico, o monetário decorre da influência das Autoridades Monetárias em controlar a oferta de moeda, e o psicológico decorre da interpretação que os indivíduos fazem das mudanças que ocorrem no ambiente, fazendo com que eles criem expectativas quanto ao futuro dessa taxa. Esses fatores, em conjunto, formam as taxas de juros de curto e longo prazo.

No que se refere ao crédito, num sistema de crédito desenvolvido não é necessário que se haja poupança para haver investimento, quem poupa não é quem investe. Keynes acredita que a poupança não é importante, porque mesmo que ela exista, ela só financiará o investimento se a preferência pela liquidez não impedir. Isso explica porque Keynes afirma que é a demanda e a oferta de moeda que contam para determinar a taxa de juros e não a oferta e demanda por crédito, isso porque é essa relação que reflete a preferência pela liquidez. (MOLLO, 1988).

2.1.4 Definição da moeda e sua evolução

Segundo Teixeira (1992), a moeda pode ser a forma representativa do dinheiro. O dinheiro posto em circulação é moeda. Há definições da moeda como algo que facilita as trocas. Para ser moeda, é necessário que se cumpra ao menos duas funções: medir os valores e fazer circular as mercadorias. A função de medida de valor trata a moeda com um organismo capaz de mensurar diferentes magnitudes de valor aos objetos. A função de intermediação das trocas trata a moeda como um instrumento que serve de meio de circulação das mercadorias.

Além das funções básicas, a moeda pode suprir ainda duas outras funções, a função de reserva de valor e a função de meio de pagamento. A função de reserva de valor dá à moeda a possibilidade do entesouramento, ela também se apresenta como forma de manutenção de riqueza. A moeda como meio de pagamento permite a realização de compra e venda sem que as mercadorias sejam trocadas no mesmo momento, transferindo o seu pagamento para um momento posterior.

A moeda pode assumir qualquer forma, desde que assuma todas as suas funções. A moeda desde o início dos tempos já assumiu diversas formas, o que define um interessante quadro evolutivo de suas transformações.

Primitivamente a moeda assume a forma de moeda-mercadoria, como o sal, o gado, o fumo. Onde cada espécie determinava um valor de troca associado à sua utilidade, necessidade ou raridade. Essas moedas possuíam um uso limitado quase que exclusivamente, ao interior de uma comunidade, eram moedas essencialmente instrumentais, serviam somente para as trocas de uma determinada tribo/comunidade. (TEIXEIRA, 1992)

Aos poucos o uso dessas mercadorias foi sendo dificultado por serem produtos perecíveis e difíceis de fracionar. O processo de substituição dessas mercadorias seguiria então esse ritmo, procurando uma mercadoria que não percesse e que fosse passível de fracionamento.

As próximas mercadorias a serem utilizadas como moeda seriam os metais preciosos, que caracterizaram um período histórico definido como Metalista. Os metais preciosos supriam a necessidade de uma moeda durável, de fácil divisão e conversibilidade.

Com a dificuldade em transportar grandes quantias de metais preciosos e o risco de roubos nessa logística, torna-se mais conveniente o uso de representantes do metal, eram certificados de existência e propriedade de ouro ou prata. Esses papéis eram emitidos por agentes depositários, que em pouco tempo observaram que nem todo o ouro depositado era transacionado por certificados e viu-se que não seria arriscado emitir certificados superiores

aos valores depositados em metais. Surge com isso a moeda fiduciária, pois era dependente e reveladora de confiança, era nada mais do que papel-moeda ainda conversível.

Outro fato histórico importante na evolução da moeda foi o Padrão-Ouro. Esse sistema “mantinha o valor-ouro da moeda fixado por lei e as autoridades monetárias comprometiam-se a trocar por uma determinada quantidade do metal ouro a moeda em circulação que lhes fosse apresentada, mediante o uso de uma taxa fixa.” (TEIXEIRA, 1992, p. 20). Caso uma houvesse uma pressão altista numa dada taxa cambial ocasionaria uma saída de ouro do país e vice-versa. Isso faria com que o padrão-ouro fosse auto-regulável.

Segundo Lopes e Rossetti (2002), logo após a moeda fiduciária, desenvolve-se uma nova modalidade de moeda, a moeda bancária, escritural ou invisível. Atualmente a moeda bancária representa a maior parte dos meios de pagamentos existentes. “Essa forma de moeda é criada pelos bancos comerciais e corresponde ao total dos depósitos a vista e a curto prazo nesses estabelecimentos de crédito.” (LOPES; ROSSETTI, 2002, p. 35-36). A movimentação desse moeda se dá através de cheques ou de ordens de pagamento, ela é conhecida também como moeda invisível, por não ter existência física e escritural, por corresponder a lançamentos a crédito e débito.

Esse momento evolutivo da moeda acaba por concretizar a atuação dos bancos, “cujas operações são fundadas na possibilidade de emissão de certificados com montante de valor superior ao do ouro depositado, ou seja, sem lastro integral de emissão.” (TEIXEIRA, 1992, p. 22).

2.2 Estado, desenvolvimento e financiamento

2.2.1 Expansão da força produtiva e o Estado

“A política econômica governamental concentra-se sobre o processo de acumulação de capital, que é selecionado como o fulcro do desenvolvimento” (IANNI, 1989, p. 11). Porém sem o intuito de lucrar, visto que o lucro somente aparece na ação estatal como objetivo indireto. Existem, segundo Ianni (1989), dois fatores para que o lucro não seja um determinante para a ação estatal: o lucro é uma decorrência lógica do sistema, visto que caso não o tenha a empresa pode sofrer com a descapitalização; a categoria lucro está presente na

consciência do capitalista individual, que se apropria da diferença entre o produto de trabalho necessário e excedente.

A ação do Estado, por fim, produz condições para a expansão do lucro e do desenvolvimento das forças produtivas. Sua tarefa é criar, expandir e preservar as economias externas, essenciais às propriedades privadas. O Estado deve manter o lucro da empresa privada, “para evitar que a taxa média de lucro de todas as outras empresas privadas, em conjunto, seja afetada pela baixa rentabilidade daquela” (IANNI, 1989, p. 13).

Nos programas desenvolvidos pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL, entre 1955-1962, e que serviu de base para o Programa de Metas, encontram-se reflexões das diretrizes dominantes da ação governamental. Os pilares dessa ação que eram: força de trabalho, progresso técnico e acumulação de capital, e passam a partir deste trabalho a se apoiar especialmente no terceiro pilar, afirmando com isso, que “a base de uma política econômica é a acumulação. Aqui está o eixo central do desenvolvimento” (IANNI, 1989, p. 15).

Para Ianni (1989), esse processo de acumulação possui dois aspectos fundamentais, que são: a poupança – no sentido de dilação do usufruto do trabalho; e o investimento – expansão da capacidade produtiva. Esse processo pode ser na esfera, tanto interna quanto externa do país.

Na acumulação de capital, originada com o processo de industrialização, o Estado surge como um intermédio. É o capital que intervém no Estado, este surge para concretizar determinações do capital, não é autônomo.

É inegável que o Estado possui uma fisionomia própria e bem marcada, chegando mesmo (...), a desempenhar funções excepcionais, com relação aos componentes e a interação do sistema social global. Todavia, ele emerge muitas vezes como mediação do capital (IANNI, 1989, p. 18).

Segundo Ianni (1989), o Estado é um órgão de capitalização do excedente econômico potencial. Ele, dentro dos quadros institucionais vigentes, estimula, dinamiza, propicia e controla esse excedente de acordo com as possibilidades e o estado das forças produtivas existentes. A sua atuação está diretamente ligada às determinações da acumulação capitalista. Está amparada pela concentração e centralização do capital. A concentração é um processo de ampliação do capital através da capitalização da mais-valia produzida; já a centralização é a reunião de capitais individuais diversos em um só.

O Estado necessita lidar com duas faces dessa mesma questão, enfrentar e controlar as manifestações dos processos de centralização e concentração na economia capitalista mundial, para criar a reserva de mercado evitando a fuga do excedente econômico. E ao mesmo tempo

estimular internamente a concentração e a centralização do capital. Assim, a reserva de mercado cria o oligopólio e o monopólio, que são expressões de centralização e concentração.

O que se observa é que a ação estatal tem sido bastante viável, e que os projetos sempre estiveram rentes às condições e tendências reais do sistema. O objetivo era transformar uma economia de base agrária para uma predominantemente industrial. A partir desse momento, o Estado passa a interferir de maneira crescente e variável em todas as esferas da economia, o governo participa cada vez mais na vida econômica nacional. O intuito, com esse tipo de política, é o aumento da taxa de poupança e aumento e diversificação dos investimentos.

Segundo Ianni (1989), o Estado afeta o regime de livre iniciativa. Ele atua como supletivo e estimulante do empreendimento privado. As nações que ingressam na etapa de industrialização têm em comum a incessante intervenção governamental na economia. É preciso, por um lado, que o governo quebre as vinculações coloniais que possam prejudicar o processo de capitalização. Por outro, o Estado age onde a iniciativa privada não possui interesse, onde são necessários elevados investimentos e longos períodos para que se obtenha algum retorno.

A partir da década de 1940 os governantes precisaram reformular os instrumentos de administração. O Estado deixa de defender alguns setores, para intervir em outros. Devido à industrialização nascente, cabe ao Estado estimular e suprir a iniciativa privada de matérias-primas e equipamentos.

Como as insuficiências da produção e os desequilíbrios estruturais não podem ser resolvidos pelo “livre embate das forças de mercado”, o governo adota diversas modalidades de ação, a fim de garantir e revigorar a empresa privada (...). Ou seja, cria condições de natureza vária para que cresçam a poupança e o investimento, acelerando-se o ritmo de capitalização (IANNI, 1989, p. 28).

2.2.2 Estado, industrialização e desenvolvimento

A ação estatal está diretamente ligada o nível de desenvolvimento econômico do país, Ianni (1989) destaca que essa relação pode ser dividida em três fases na evolução da atuação governamental. Na primeira fase o Estado atua como regulador e defensor de setores ameaçados, como o setor cafeeiro. Já na segunda fase, na década de 50, sua atuação se dá na criação de órgãos e instrumentos que estimulam a diversificação e a expansão das atividades produtivas, como por exemplo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Essas

fases são nítidas e sucessivas, além de revelarem as flutuações do desempenho da ação estatal. Na terceira fase o Estado se transforma num poderoso centro de decisão.

(...) o Estado aparece para equilibrar e quebrar o equilíbrio entre os setores de produção, ou para decidir sobre o destino de uma parte ponderável do excedente econômico. Através da política econômica posta em prática pelos governantes, acelera-se ou reduz-se a substituição de importações, defende-se ou estimula-se o abandono à sua sorte um setor de produção, modifica-se o mercado de força de trabalho, etc. (IANNI, 1989, p. 50).

O objetivo que se apresenta diante dos esforços de desenvolvimento nacional ordenado, é a expansão das atividades industriais, diante do momento em que vivia o país, era preciso explorar ao máximo as possibilidades de reprodução do capital, e a solução imposta era a criação e dinamização do setor industrial.

A industrialização do terceiro mundo possui algumas características que a diferencia dos países desenvolvidos. A produção nos setores básicos exigia uma grande escala de investimentos e de larga dimensão técnica, e os investimentos que esses setores necessitam precisam de longos períodos para alcançar sua maturação. Dessa forma, observa-se a importância do Estado na mobilização de recursos econômicos e políticos na superação do subdesenvolvimento.

A atuação estatal revela uma tendência a eliminar, corrigir ou reduzir as desproporções e descompassos entre setores e esferas da realidade. Com isso, observa-se que os problemas do desenvolvimento seriam as diretrizes, instituições e técnicas relacionadas à acumulação do capital industrial.

A intervenção estatal se apoia numa concepção teórica da totalidade, a política econômica governamental é criada com base em alguns princípios fundamentais. O primeiro princípio nos diz que a política de desenvolvimento econômico é um processo complexo que não depende apenas das orientações, ritmos e volumes das poupanças e investimentos, mas também dos efeitos multiplicadores das intervenções, pois é preciso expandir o sistema de mercado para poder incentivar as empresas privadas. O segundo princípio defende que os processos econômicos não são autorregulados, e as distorções estruturais ou conjunturais precisam ser corrigidas pela atuação do poder público. E por último, a presença do Estado na economia nacional destina-se a disciplinar as convergências essenciais aos movimentos do capital, no caso os processos de concentração e centralização.

Segundo Ianni (1989), a atividade estatal determina a estrutura da produção a partir do Mercado – inibindo o choque das diferentes classes sociais que o compõem; da Estrutura Econômica – diminuindo as tensões que podem ocorrer devido à ineficácia do capital

investido; da Divisão social do Trabalho – melhorando a relação entre os homens; e por fim, do Sistema Capitalista de Produção – modificando e reintegrando os mecanismos de poupança e investimento.

Devido a essas determinações, o Estado é levado a assumir funções de centro de coordenação e decisão nas atividades vinculadas à produção de modo a proporcionar uma positiva relação entre poupança e as decisões de investimentos, tendo como objetivo o progresso da ordem capitalista.

2.3 Bancos públicos e o desenvolvimento

Os bancos públicos que sobreviveram à década de 1990 oferecem crédito principalmente para setores que os bancos privados não se interessam, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento regional.

A partir da ideia de que o banco público deve suprir uma demanda que o banco privado não supre, defende-se que esses bancos devem ter acesso a recursos de prazos longos e de baixo custo oriundos de fontes fiscais ou parafiscais, como os fundos públicos. Porém os bancos públicos comerciais e múltiplos, muitas vezes acabam por concorrer com os bancos privados pelos mesmos recursos e com os mesmos altos custos operacionais.

Alguns acreditam que a participação dos bancos públicos (BPs) na área comercial gera uma maior rentabilidade a esse, o que lhe permite arcar com os custos de carteiras deficitárias, que seriam o foco de atuação dessas instituições. No entanto, há que diga que atuando dessa forma o banco cria forma de banco privado, isso pelo esforço de concorrer com os bancos privados pela captação de depósitos e pela obtenção de receita em uma área estranha à sua natureza de BP.

Os bancos comerciais federais têm sido de suma importância no apoio à condução da política econômica, isso devido a sua capacidade de atuação dada pela sua condição de grandes bancos comerciais de varejo. Essa característica já se mostrava presente nos anos de altas inflações e nos primeiros anos de enfrentamento do Plano Real. Mas foi na crise dos EUA em 2008 que se observou o crescimento da participação do sistema público nas operações de crédito do sistema financeiro, em detrimento da participação do sistema privado.

As décadas de 1990 e 2000 foram negras para os defensores dos bancos públicos. Muitas eram as discussões acerca da ineficiência dos bancos públicos em comparação com os

bancos privados, sugando as verbas governamentais e bloqueando ou desacelerando o desenvolvimento econômico, muitas defendiam que somente as privatizações poderiam conceder aos países um maior desenvolvimento, visto que o sistema financeiro seria mais eficiente, isso porque, são orientadas pela lógica do mercado.

Aos bancos públicos cabe o enfrentamento de situações como instabilidade e desigualdades que resultam do funcionamento comum do mercado. E não somente atuando no sentido de enfrentar as deficiências no processo de alocação de crédito.

Logo após o Plano Real instaurou-se no Brasil um grande processo de privatizações, no entanto os bancos públicos federais passaram praticamente ilesos a esse processo. Isso mostra a importância da intervenção do Estado no setor financeiro. O mercado bancário e de capitais cresceu muito nesse período, como também a participação de capital estrangeiro no país. Esse movimento acabou trazendo novamente as ideias de que os bancos públicos eram ineficientes e dispensáveis. Mas com o advento da crise de 2008 esse debate caiu por terra e as dificuldades oriundas da crise mundial serviram para mostrar a importância decisiva das instituições federais no enfrentamento de condições adversas.

2.4 Financiamento do desenvolvimento

2.4.1 Evolução do Sistema Financeiro Nacional

A Reforma Bancária de 1964 reformulou o Sistema Financeiro Nacional, criando o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BACEN), além de regulamentar a atuação dos bancos comerciais, possibilitando uma estrutura de intermediação financeira mais moderna e em mesmo nível do desenvolvimento do país naquele momento.

A Reforma proposta atendia ao princípio da especialização, inspirada no modelo norte-americano, criando agentes financeiros com atuação voltada para áreas específicas do mercado com instrumentos de capacitação diferenciados.

Mesmo com o êxito dos anos 1960 e 1970. A Reforma não conseguiu alcançar parte dos seus objetivos, que eram promover permanentemente o desenvolvimento do sistema financeiro doméstico. Houve nesse período uma intensa concentração do SFN.

Além de não cumprir suas funções básicas, o SFN passou a se mostrar desequilibrado. O setor público acabou por assumir o risco dessa atuação do SFN e contraiu débitos que não pôde pagar. Com a inadimplência dos governos, “os bancos estaduais passaram a sacar a descoberto suas reservas junto às autoridades monetárias, incorrendo em pesadas multas, realimentando o círculo vicioso da iliquidez.” (ABDE, 1994, p. 26)

Em 1988, cria-se formalmente o multibanco. Assim os bancos comerciais, de investimento e de desenvolvimento, financeiras e sociedades de crédito imobiliário podiam se transformar em bancos múltiplos. Podendo operar até quatro das carteiras existentes: comercial, investimento, crédito imobiliário, financeira e desenvolvimento.

A inflação da década de 1980 e início de 1990 impediu que o SFN exercesse sua importante função de transformar a maturidade, ou seja, captando recursos no curto prazo e os aplicando a médio prazo. O Brasil viveu um processo de recessão no crédito significativo.

O SFN atual é resultado da reforma institucional de 1964-65, momento esse em que foram criadas as instituições base de controle de todo o sistema. O SFN pode ser dividido a partir de dois modelos, o primeiro leva em consideração a estrutura funcional do sistema, dividindo-o entre instituições normativas e de intermediação. Já o segundo modelo divide as instituições seguindo o conceito convencional de moeda, são elas as instituições monetárias e não monetárias.

Com base no primeiro modelo, observa-se que no controle do sistema normativo encontra-se o Conselho Monetário Nacional e a Comissão de Valores Mobiliários, esses órgãos regulam, controlam e fiscalizam as instituições de intermediação. O conjunto de normas é imposto ao sistema através de resoluções, circulares, instruções e atos declaratórios. A regulação e o controle do sistema também se dão através da oferta seletiva de crédito, que é feita pelo Banco Central do Brasil e pelo BNDES de intermediação, bancárias, não bancárias e auxiliares, que completam o sistema financeiro do país, operam em segmentos específicos dos mercados monetário, de crédito, de capitais e cambial” (LOPES; ROSSETTI, 2002, p. 439) subordinando-se a normas de órgãos superiores.

Já no segundo modelo de divisão do SFN as instituições são separadas entre monetárias e não-monetárias. Nas instituições monetárias estão as entidades criadoras de moeda, que são os bancos comerciais públicos, bancos comerciais privados e as caixas econômicas. No grupo das instituições não-monetárias estão as entidades de intermediação financeira não bancária, são elas: sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimo, BNDES, bancos estaduais de desenvolvimento, bancos de investimento, bolsas de valores e outras instituições.

2.4.2 As Instituições Financeiras de Desenvolvimento - IFD

As Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFD) desempenham uma função benéfica à sociedade, visto que atuam em áreas que a atividade privada não ocupa. Elas se fazem necessárias devidos à existência de externalidades e imperfeições no mercado de capitais. As externalidades podem se apresentar de três maneiras diferentes: quando o projeto possui grande mérito social, mas não produz ganhos econômico-financeiros; quando o projeto trás retornos econômico-financeiros, mas não totalmente apropriáveis pelo investidor; ou quando gera um alto retorno privado, mas existe ao seu redor grande incerteza ou risco. As imperfeições do mercado se apresentam de quatro maneiras: a grande escala de um projeto; a dificuldade de acesso do investidor potencial ao mercado; os custos de informação e transação; e as barreiras naturais ou legais à entrada.

Políticas existentes para a promoção do desenvolvimento:

Políticas preventivas – específica para governos que confiam na atuação das forças do mercado. As atenções estão voltadas para atenuar os desequilíbrios cíclicos do mercado

Políticas defensivas – serve para governos que embora acreditem na atuação das forças de mercado, submetem-se a pressões políticas internas para sustentar industriais deficientes.

Políticas intervencionistas – é a alternativa menos recomendada, nelas o governo intervém diretamente na produção e no investimento em estrutura. Pode ser feita através da regulação direta ou da propriedade e administração pública.

Políticas antecipatórias – políticas adotadas onde o governo assume papel ativo na promoção do desenvolvimento, da inovação e a reestruturação industrial imposta pela inovação da ciência e da tecnologia

A necessidade das IFD mostra-se como imperativo nos países em desenvolvimento. Suas funções não são preenchidas por bancos comerciais ou de investimento. Cabe ao Estado fazer o planejamento e promover o desenvolvimento. E para isso se faz necessária a existência de instituições financeiras que possibilitem investimentos de longo prazo de maturação e alto risco, estes indispensáveis ao crescimento da economia.

Segundo a ABDE (1994), a experiência brasileira das IFD atravessou várias fases nas últimas décadas que se refletiram na origem dos seus recursos, no seu formato institucional e

na sua saúde financeira. Essas fases foram: período de crescimento econômico, período de esgotamento do modelo de substituição de importações e período de ajuste das IFD.

Período de crescimento econômico: Período compreendido entre 1968 e 1980, nesse período completou-se o processo de substituição de importações e completa-se a instalação das indústrias de bens de capital e de insumos básicos. Essa fase foi o auge das IFD, que conseguiam facilmente recursos para o financiamento de investimentos e sua grande maioria era subsidiada.

Período de esgotamento do modelo de substituição de importações: Ocorreu na década de 1980. O Estado sentiu muita dificuldade em manter o ritmo de agente propulsor da economia da fase anterior. Com o desequilíbrio estrutural do setor público, foi se deteriorando a saúde financeira das IFD. “O crédito de longo prazo passou a contar quase que exclusivamente com os recursos do Sistema BNDES.” (ABDE, 1994, p. 84)

Período de ajuste das IFD: Iniciou na década de 1980 e intensificou-se na década de 1990, ocorreram fusões, liquidações e incorporações de bancos. “Nesse processo, muitas IFD estaduais foram incorporadas aos bancos múltiplos de seus estados – sistema misto de fomento –, criando-se a carteira de desenvolvimento.” (ABDE, 1994, p. 84)

2.5 Bancos de desenvolvimento

“Os Bancos de Desenvolvimento, no Brasil, são organismos financeiros que operam sob a égide do Setor Público” (TEIXEIRA, 1978, p. 1).

A partir do início da década de 1960 os bancos de desenvolvimento começam a serem criados, e isso ocorre até mesmo antes da reforma de setor financeiro ocorrida após 1964. Havia, nesse período, uma grande disparidade regional dentro do país. Essa manutenção dos desequilíbrios regionais, ou até mesmo sua ampliação, fizeram com que existisse nesse momento no país um forte estímulo à criação de instituições que superassem tais barreiras.

O crescimento econômico necessita da geração de excedente e a sua utilização no processo produtivo. Uma das formas de incorporação do excedente produtivo é o investimento ou a formação de capital fixo. No entanto, para que exista o investimento, é necessário que existam poupanças. Assim sendo, “o processo de crescimento econômico é visto como um processo de poupar-investir” (TEIXEIRA, 1978, p. 5).

O que se observa é que o crescimento econômico depende não só do aumento da quantidade de poupança e investimento, mas também “da maneira pela qual o excedente se dirige a oportunidades ou alternativas de investimento” (TEIXEIRA, 1978, p. 6). Quanto mais eficiente for a alocação da poupança mais efetivo será o processo poupança-investimento na geração de crescimento.

Quando os próprios investidores não são os próprios poupadores, surge a necessidade de um sistema financeiro que possibilite essas trocas entre aqueles que possuem excedente e aqueles que o necessitam para efetivar seus investimentos. E essa troca pode ser efetuada pelos próprios interessados ou por outras instituições, denominados de intermediadores financeiros.

2.5.1 O Financiamento no Brasil e o surgimento das agências de fomento

As primeiras instituições que existiram no Brasil foram os bancos comerciais, suprimindo a necessidade das atividades mercantis urbanas. As atividades predominantes nesse período estavam ligadas ao setor primário e de exportação, setores esses que pouco dependiam de mecanismos sofisticados de financiamento, fazendo com que a rede bancária existente suprisse a necessidade de crédito da economia do país.

Até meados do século XX a estrutura do sistema financeiro brasileiro era bastante simples, reduzindo-se a um sistema bancário comercial.

Aos poucos, foi sentida a necessidade de criação de um organismo que coordenasse as demais instituições financeiras, necessidade essa que transpareceu nos compromissos assumidos pelo Brasil na Reunião de Bretton Woods, onde era recomendado ao país que criasse um organismo com funções de banco central.

Diante desses acontecimentos, em 1945 é criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), organismo esse que deveria organizar a criação do banco central do país, além de desempenhar suas funções até a sua criação. Objetivava-se com a criação da SUMOC a estabilização da economia, resumida basicamente em contenção da inflação.

Já em 1952, com a criação do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), que hoje é denominado BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o objetivo era uma modificação da estrutura financeira do país, “no

sentido de possibilitar a concessão de créditos de prazos mais longos a setores selecionados” (TEIXEIRA, 1978, p. 20).

A inflação alta desse período acaba por acentuar a vulnerabilidade dos esquemas de financiamento existente. O que acaba levando em 1964, ao início do processo de reestruturação do sistema financeiro brasileiro, sistema esse com um novo padrão de financiamento ao setor público e um ao setor privado.

As consequências desse processo podem ser avaliadas por três ângulos: há nesse período o surgimento de instituições com novas especificações, como bancos de desenvolvimento, de investimento, financeiras, sociedades de crédito imobiliário, etc., além da diminuição drástica no número de bancos comerciais; outra modificação importante está na origem dos recursos dos empréstimos e financiamentos ao setor público, que seria modificada devido à mudança no tipo de instituição concedente; e por último, nota-se uma diminuição dos haveres monetários, isso se deu principalmente devido ao surgimento de inúmeras formas de aplicação financeira.

O crescimento do país se dava de forma irregular e centralizada, isso fez com que as regiões pouco desenvolvidas reclamassem da insuficiência de financiamentos para a promoção de seu processo de industrialização. As principais reivindicações desse período foram, a “criação do BNDE, no plano federal, do BNB, BRDE e reestruturação do BASA, no plano regional e algumas iniciativas a nível estadual” (TEIXEIRA, 1978, p. 25). Com uma maior pressão das regiões pouco desenvolvidas, o Estado se viu obrigado a criar os Bancos Estaduais de Desenvolvimento.

O Brasil, por ser um país de dimensões continentais, não consegue, com um único organismo federal, estimular o desenvolvimento de todos os seus estados, além do que cada região possui especificidades que demandam um estudo analítico de seus possíveis financiamentos, dificultando com isso a ação dos bancos comerciais. Outra questão que pode ter sido levada em conta, é que é necessária a separação de atividades financeiras de desenvolvimento das atividades financeiras propriamente ditas.

2.5.2 A instituição e a operação

Os bancos estaduais de desenvolvimento surgem, principalmente, no período entre as décadas de 20 e 60. Período esse em que o Brasil experimenta modificações no papel

desempenhado pelo Estado na economia, “a presença do Estado assume maiores proporções, sobretudo na geração da atividade econômica” (TEIXEIRA, 1978, p. 34).

Ao final da década de 50, praticamente todos os Estados já contavam com seu banco estadual, mas as necessidades de financiamento de prazos maiores e de tratamento diferenciado aumentavam. Fazendo com que os Estados criassem Companhias Estaduais de Desenvolvimento, ou até mesmo, que reestruturasse a estrutura do crédito existente.

Nessa época os bancos de investimento existentes acabam se confundindo com bancos de desenvolvimento. A diferença entre essas instituições está na propriedade do capital.

É dizer, os BI's, por serem de iniciativa privada, teriam como objetivo central a maximização do lucro financeiro, enquanto os BD's, sob controle dos governos estaduais, deveriam buscar em primeiro lugar a rentabilidade social dos investimentos por ele apoiados, mediante critérios especiais de prioridade e seletividade dos projetos, evidentemente, visando obter o resultado positivo pelo menos para manter a integridade do seu capital (TEIXEIRA, 1978, p. 36).

Na segunda metade da década de 60, os BD's se reuniram para reivindicar uma regulamentação específica, e em 25 de Junho de 1968 é criada a Resolução de nº 93, que é o marco da verdadeira institucionalização dos bancos de desenvolvimento. Somente em novembro de 1976 o governo baixou a resolução de nº 394, que determinou as normas gerais de atuação dos bancos de desenvolvimento.

As duas Resoluções citadas determinavam o uso obrigatório da denominação “Banco de Desenvolvimento” seguida do nome do Estado. Enquanto a Resolução nº 93 decretava que os bancos deveriam atuar estritamente na sua região geográfica, a Resolução nº 394 decretava que os bancos poderiam atuar em outras regiões, desde que através de consórcio com o banco de desenvolvimento local, ou quando o projeto trouxer benefícios para ambos.

O objetivo, ao se criar um banco de desenvolvimento é a promoção do desenvolvimento econômico e social da área em que a instituição atua. Os BD's são redes de agências de fomento que se espalham por todo o país, concedendo créditos de médio e longo prazo. Estabelece-se um Sistema Nacional de Bancos de Desenvolvimento, com o foco no desenvolvimento socioeconômico do país.

De acordo com as Resoluções, os bancos de desenvolvimento devem se constituir em Sociedades Anônimas, com participação majoritária do Estado no capital social do banco. “Apenas dois Bancos não são organizados sob a forma de S/A (o BMDG e o BRDE), por já possuírem, antes da resolução, ‘status’ jurídico de autarquia estadual e interestadual, respectivamente” (TEIXEIRA, 1978, p. 41/42).

Essa maior participação do Estado está relacionada com o fim que o capital privado busca que é o maior ganho no menor tempo. No caso dos bancos de desenvolvimento, este investimento pode não ter nem o maior ganho, muito menos no menor tempo. A criação dos bancos de desenvolvimento está relacionada com o suporte financeiro na expansão de setores estratégicos, assim sendo o critério de rentabilidade não pode ser o mesmo dos bancos privados.

“As operações dos BD’s correspondem basicamente à aplicação de recursos financeiros, ou prestação de garantias de crédito, mediante utilização de recursos próprios e/ou de terceiros” (TEIXEIRA, 1978, p. 52). As decisões de aplicações de recursos devem ser tomadas mediante avaliação de projetos. Os projetos devem ser apresentados individualmente de maneira a comprovar sua viabilidade financeira. Já a avaliação por parte dos bancos deve ser feita levando em consideração o conjunto, o quanto esse projeto pode contribuir para o desenvolvimento socioeconômico.

Operações ativas são direitos adquiridos, ou seja, as aplicações de recursos, o que leva o banco à condição de credor. Essas operações podem ser de três modalidades: empréstimo, participação societária e prestação de garantias.

“Em suma, os BD’s devem direcionar suas ações no sentido de apoiar preferencialmente empreendimentos ou atividades, que necessitem de recursos de médio e longo prazos para investimento de capital fixo ou misto pertencentes ao setor industrial e que sejam de iniciativa privada, com a participação majoritária de capital nacional” (TEIXEIRA, 1978, p. 56).

Operações passivas são obrigações assumidas, ou seja, captação de recursos. Elas podem ser de duas formas básicas: depósitos a prazo e operações de crédito, suas origens podem ser: “repasses internos e externos; contribuições do setor público e empréstimos contraídos no país ou exterior” (TEIXEIRA, 1978, p. 59).

Os BD’s na grande maioria dos casos atuam como um intermediários, repassando recursos oriundos de várias fontes, das quais as mais importantes são: Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, Instituições Oficiais e Poder Público e Exterior.

“Os Fundos Financeiros e de Desenvolvimento são recursos de origem orçamentária administrados pelo próprio banco” (TEIXEIRA, 1978, p. 60). São destinados a programas governamentais com a intenção de no futuro constituir uma reserva para aumento de capital do banco.

Na segunda hipótese, os recursos são captados de Instituições Oficiais administradoras de recursos financeiros e sua utilização se dá na grande maioria dos casos em programas de

interesse governamental. As principais instituições são: Banco Central do Brasil, BNDES, BNH, Caixa Econômica Federal e FINAME.

O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) atua em grandes projetos a nível nacional, contribuindo financeiramente com a implantação, expansão ou modernização, com aumento da produção, de empresas industriais, comerciais ou de serviços. A Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) é “uma empresa subsidiária do BNDE, e que concede financiamentos à compra e venda de equipamentos produzidos no país” (TEIXEIRA, 1978, p. 61), estimulando o mercado interno, gerando condições competitivas às empresas nacionais perante as empresas estrangeiras. O Banco Central do Brasil atua como repassador de recursos no atendimento ao setor rural. Já o Banco Nacional de Habitação (BNH), utiliza-se dos bancos de desenvolvimento como seus agentes financeiros. A Caixa Econômica Federal utiliza os recursos do Programa de Integração Social e promove através dos bancos de desenvolvimento a formação do capital das pequenas e médias empresas industriais e comerciais.

Além das formas já citadas, os recursos podem ser oriundos de fontes internacionais, podem ser obtidos por bancos no exterior, governos e organismos internacionais.

2.6 Síntese conclusiva

A moeda, para assim ser chamada, deve cumprir ao menos duas funções, medir os valores e fazer circular as mercadorias. Além dessas funções básicas a moeda pode atuar como reserva de valor e a função de meio de pagamento.

A moeda pode assumir várias formas se suas funções forem cumpridas. Ao longo do tempo a moeda assumiu várias formas, desde mercadorias, metais, até a moeda escritural, a moeda invisível, moeda essa criada pelos bancos. É nesse momento que a atuação dos bancos se faz necessária, suas operações passam a ser fundadas na possibilidade de emissão de certificados com montantes superiores ao valor que possui depositado, sem lastro integral de emissão.

O crédito surge como meio de antecipar a produção, não sendo necessário poupar para só em seguida produzir, o crédito se utiliza de poupança de outros agentes e até mesmo dinheiro criado pelos bancos.

Uma sociedade necessita muito mais do que moeda e crédito para que ocorra a expansão da força produtiva, é então que se encaixa o Estado. Sua ação produz condições para a expansão do lucro e do desenvolvimento das forças produtivas.

A ação estatal está diretamente ligada ao nível de desenvolvimento econômico do país, ela apresenta uma tendência a eliminar, corrigir ou reduzir os descompassos da economia. O Estado é levado a assumir funções de coordenação e decisão nas atividades vinculadas à produção, visando uma melhor alocação da poupança existente em investimento a fim de um maior progresso da ordem capitalista.

Devido a essa necessidade de atuação do Estado, são criadas Instituições Financeiras de Desenvolvimento, com o intuito de oferecer crédito a setores que os bancos privados não se interessam. Esses bancos devem ter acesso a recursos de prazos longos e de baixo custo.

Essas áreas em que as IFDs atuam podem ser de três tipos: áreas de grande mérito social, mas sem produzir ganhos econômico-financeiros; áreas que trazem esse retorno, mas esse não pode ser de todo aproveitado pelo investidor; ou áreas de grande retorno, mas com grande nível de risco e incertezas.

A partir do início da década de 1960 os bancos de desenvolvimento começam a serem criados no Brasil. Isso porque havia no país uma grande disparidade regional, e nesse momento surgiu no país um forte estímulo à criação de instituições que diminuíssem tais desigualdades.

O objetivo, ao se criar um banco de desenvolvimento, é a promoção do desenvolvimento econômico e social da área em que essa instituição atua, eles concedem crédito de médio e longo prazo. As operações desses bancos caracterizam-se por aplicações de recursos financeiros, ou prestação de garantias de crédito, utilizando para isso recursos próprios e/ou de terceiros.

3 TRAJETÓRIA DO BRDE NAS DÉCADAS DE 1960 A 1990

O BRDE foi criado em 15 de junho de 1961, sua trajetória foi bastante heterogênea, alternando momentos de expansão com momentos de retração. Na década de 1960 a Região Sul começa a lutar por uma entidade que pudesse impulsionar o desenvolvimento da região, já na década de 1970 o BRDE alcança sua expansão e consolidação. No entanto, a década de 1980 é marcada pelo endividamento dos Estados junto ao banco, levando à sua liquidação em 1988. Na década de 1990 o Banco passa por uma reestruturação, voltando a operar, várias medidas foram tomadas no intuito de fortalecer a instituição.

3.1 Desenvolvimentismo na Região Sul

3.1.1 Surge uma consciência desenvolvimentista na Região Sul

A partir da década de 1930 a economia brasileira passou a obter altas taxas de crescimento, lideradas principalmente pelo setor industrial. A Região sul acompanhou o crescimento do país em termos quantitativos, no entanto, em termos qualitativos admite-se que a Região sul possuía inexpressiva capitalização e industrialização antes de 1930, principalmente se comparada ao eixo Rio-São Paulo. Assim sendo, mesmo que tenham acompanhado o crescimento do país, os estados da Região sul possuíam relativo atraso tecnológico e um parque industrial mais modesto que o sudeste brasileiro (FONSECA, 1988).

Dos estados do sul, o Rio Grande do Sul foi o estado onde mais floresceram as ideias desenvolvimentistas. Com a posse de Walter Jobim, em janeiro de 1947, observa-se nesse estado não só uma preocupação com o desenvolvimento, como o governo passa a incorporar o desenvolvimento como razão de ser. Em seu governo Jobim instaurou consciência de que o Estado deve incrementar a economia estadual, atuando em áreas como: eletricidade, rodovias, irrigação, saúde pública, educação e assistência social; além do mais, a indústria era considerada como setor prioritário ao desenvolvimento.

“O Governo de Ernesto Dorneles (1951-55) representa continuidade, neste aspecto, com relação ao anterior, embora fosse outra sua filiação partidária (PTB).” (FONSECA, 1988, p. 32). Com relação ao capital estrangeiro, a posição do governo gaúcho se aproximava da

posição do então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, que acreditava que a divisão internacional do trabalho prejudicava os países latino-americanos, e a única forma de superar essa exploração seria a industrialização. O capital estrangeiro que estivesse disposto a colaborar com essa situação seria bem-vindo. O desenvolvimento era apresentado até mesmo como uma forma de combater o avanço comunista, e isso fez com que o capital externo apoiasse a luta pela industrialização do país.

“O Governo Meneghetti (1955-59) assumiu postura semelhante frente ao capital estrangeiro. Nele, entretanto, a preocupação com o setor agrícola passou a ter maior destaque que nos governos anteriores.” (FONSECA, 1988, p. 34). Mesmo ressaltando o caráter agropecuário do Estado, seu governo não abandonou a proposta de desenvolvimento, inclusive representou uma ponte em relação ao governo do seu sucessor. Leonel Brizola trouxe à tona as questões das desigualdades regionais, do atraso econômico do Estado e do caráter marginal que teria o Rio Grande do Sul desde a implantação do Plano de Metas.

“No Paraná, até os anos 50, a indústria possuía pouca expressão. Ao norte, predominavam os cafezais, como continuação da economia paulista, e, de forma geral, o Estado constituía-se frente de expansão de fronteira agrícola.” (FONSECA, 1988, p. 34). Somente na década de 60 a influência desenvolvimentista fica evidenciada no Paraná. Influência essa que se deu com a vitória de Ney Braga, em 1960, onde a campanha estava sustentada na proposta de vencer o atraso do Estado, e entendia que cabia ao setor público contribuir para tal movimento.

Ao assumir o governo, Ney Braga descobriu que o Estado teria dificuldades para executar seu programa de governo, visto que havia uma forte escassez de recursos internos, gerando déficits orçamentários. O governo estava em um impasse, para pagar a dívida existente, seria necessário paralisar as atividades do Estado. Mesmo com tais dificuldades, o governo entendia que se não executasse o seu programa de desenvolvimento os problemas continuariam e ficariam mais complexos. A única saída seria diversificar o setor primário, que era dependente da produção cafeeira, além da criação da agroindústria.

Em Santa Catarina, já na década de 50 houve experiências importantes de planejamento. Sua primeira experiência foi o Plano de Obras e Equipamentos de Irineu Bornhausen em 1955, “o qual se assentava em orçamento paralelo, submetido a tratamento especial, e centrado em investimentos e obras consideradas prioritárias.” (FONSECA, 1988, p. 37).

No governo Celso Ramos (1961-65) foi criado o PLAMEG, que procurava incrementar o planejamento regional. Mas seus projetos dependiam de altos investimentos

que iam além da realocação ou aumento dos tributos. Nesse período houve a criação do BESC que se encarregaria de captar parte da receita tributária do Estado, além da criação do Gabinete de Planejamento que ficaria encarregado de executar o PLAMEG e por último a criação do Banco de Desenvolvimento do Estado, que deveria financiar a produção industrial e agrícola no médio e longo prazo.

É dentro desse contexto que nos três estados fundam-se secretarias ou gabinetes de planejamento e bancos estaduais e/ou de desenvolvimento, assim como órgãos especializados na esfera dos executivos estaduais voltados a setores específicos da economia. É também dentro deste contexto que surge e se concretiza a idéia de fundar um banco regional de fomento às atividades produtivas da Região – o futuro BRDE. (FONSECA, 1988, p. 39).

3.2 Década de 1960: a criação

3.2.1 Contexto histórico

A realidade da Região sul em 1960 era resumida dessa forma: de um lado alguns empreendedores que se aventuravam a criar novos e promissores negócios, porém de outro lado estava a precariedade da infraestrutura, limitando com isso o potencial de crescimento das indústrias, que precisavam de energia elétrica e de estradas.

O país vivia sob o comando de Juscelino Kubitschek que possuía um estilo desenvolvimentista. O crescimento vigoroso verificado nos anos anteriores trazia muito otimismo aos governantes. JK encerrava a fase nacionalista do país, sua principal diferença com o governo de Getúlio Vargas era o apreço pelo capital estrangeiro, que era visto como instrumento para viabilizar os projetos de retomada da industrialização.

“O Plano de Metas de JK teve inegáveis efeitos positivos para a economia do país, no geral, mas os estados do Sul continuavam à margem dos benefícios do desenvolvimento.” (LUCCAS; SOUZA, 2006, p. 11). No período de 1956-61 a indústria de base dobrou de tamanho. Mas o país pagou um alto preço por tal crescimento, o déficit orçamentário que era de menos de 1% do PIB em 1954, foi para 4% do PIB em 1957. Além do mais, a inflação disparou, chegando a 39,5% em 1959. (LUCCAS; SOUZA, 2006).

Para o desenvolvimento do Nordeste, JK criou a Sudene. Mas para a Região sul nada havia sido pensado. Havia, com isso, um receio de que a Região se tornasse um “novo

nordeste”. Enquanto o sudeste via sua agricultura encolhendo e sua indústria expandindo, o sul vivia um movimento contrário.

O clima de instabilidade política, agravado pela renúncia do presidente Jânio Quadros, se refletiu rapidamente na economia. Além de conturbado cenário político, o período entre 1962 e 1967 foi caracterizado por uma relativa estagnação econômica por causa da queda da demanda por bens de consumo não-duráveis frente à capacidade produtiva instalada da indústria brasileira. O programa de incentivo às exportações implantado pelo governo militar na segunda metade da década acabou por amenizar os efeitos da crise. (LUCAS; SOUZA, 2006, p. 13).

Segundo Luccas e Souza (2006), no início da década de 1960, 62% da população da Região Sul vivia na zona rural. Com exceção da produção de café no Paraná, a produção agrícola no sul era basicamente destinada ao consumo interno e de pouca produtividade. A indústria no sul ainda estava baseada nos setores tradicionais, como o de alimentos (20,6%), de madeira (13,5%), têxtil (13,7%) e de calçados e vestuário (7,1%).

3.2.2 Nasce o BRDE

A inexistência de fontes de financiamento para dar o “salto” que pretendiam os governadores da Região sul, trazia à tona as desigualdades regionais. Dada essa distância entre a Região Sul e o eixo Rio-São Paulo, acreditava-se que a Região tenderia a tornar-se um novo nordeste. Era de consenso entre os governantes que o BB não forneceria crédito para auxiliar as indústrias do sul. Assim sendo, surge a ideia da criação de um banco regional que resultaria numa força política muito grande.

Leonel Brizola passa a denunciar o processo de marginalização do Rio Grande do Sul. Franklin de Oliveira publica em 1960 um texto denominado: *Rio Grande do Sul: um Novo Nordeste*. Essas denúncias evidenciavam o processo de pauperização causado ao Estado em virtude das relações de troca desfavoráveis entre o Rio Grande do Sul e o resto do país. Acreditava-se que nada poderia ser esperado do Governo de Juscelino Kubitschek para reverter tal quadro.

Do quadro exposto, depreende-se que o grau de consciência das elites dos três estados sulinos implicava, como forma de reverter os problemas sócio-econômicos mais prementes, a criação de uma instituição voltada ao financiamento assentadas nos governos estaduais. (FONSECA, 1988, p. 44).

Os governadores dos três estados se reuniram em Florianópolis entre 23 e 25 de março de 1961, nesta ocasião compareceu Jânio Quadros e grande parte dos seus ministros, nessa

reunião foram apresentados trabalhos no sentido de demonstrar o aprofundamento das desigualdades regionais e o atraso relativo da Região. A proposta dos governadores “consistia na criação simultânea de um conselho e de um banco voltados ao desenvolvimento dos três estados” (FONSECA, 1988, p. 45). Ao conselho caberia a determinação das diretrizes mais amplas da política a ser seguida, já ao banco caberia a operacionalização e o financiamento das atividades.

Diferentemente de JK, Jânio Quadros gostou da ideia, em partes porque os trabalhos da equipe técnica apontavam defeitos do tipo de crescimento do governo JK, a quem se opunha politicamente. Jânio Quadro pediu que os governadores elaborassem estudos para a criação do banco, afirmando que tudo que estivesse ao seu alcance seria feito para que tal projeto se transformasse em realidade.

A 15 de junho de 1961, os governadores assinaram um Convênio criando o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul – CODESUL – e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE. Nessa ocasião, os governadores dos três estados ainda assinaram os Atos Constitutivos do CODESUL e do BRDE.

Ao CODESUL caberia:

- a) Efetuar o levantamento sócio-econômico da Região, estudar seus problemas, equacionar e propor soluções, visando, sob a égide da justiça e paz social, aos superiores interesses do País e da Região;
- b) Formular diretrizes da política de desenvolvimento regional, em consonância com os planos nacionais e em coordenação com os organismos estaduais de planejamento; e
- c) Zelar, sugerindo medidas adequadas, para que o intercâmbio econômico, inter-regional e com o exterior, venha a permitir a justa retenção e fixação na Região dos rendimentos do trabalho por parte das populações locais, como fato positivo para o desenvolvimento regional. (FONSECA, 1988, p. 48)

As áreas preferenciais para o atendimento do BRDE eram:

- Investimentos de infra-estrutura de interesse regional;
- Projetos especiais agropecuários, de colonização e de reforma agrária;
- A exploração de recursos minerais;
- O desenvolvimento industrial, investimento na pequena e média empresa, expansão e reequipamento das indústrias existentes, a instalação de novas indústrias, notadamente as que utilizem a matéria-prima local, e outras de caráter pioneiro;
- Construção e ampliação de armazéns, silos, matadouros e frigoríficos;
- A constituição e a ampliação de empresas para exploração de serviços de utilidade pública;
- Serviços de interesse regional. (FONSECA, 1988, p. 48-49).

Na apresentação do projeto ao Governo Federal, muitas foram as barreiras encontradas pelos políticos e técnicos. Jânio Quadros renunciou e João Goulart assumiu, ele também apreciava a proposta, mas as dificuldades não pararam por aí. As dificuldades se davam pelo

fato de o assunto ser tratado como regionalismo, era um afronta ao estado mais poderoso do país.

“No início do mês de dezembro de 1961, os governadores dos três estados entregaram a Goulart a solicitação de reconhecimento do CODESUL e de autorização do funcionamento do BRDE.” (FONSECA, 1988, p. 52). Em 5 de dezembro de 1962 o governo assina o decreto de nº 51.617 que autoriza o funcionamento do BRDE, três foram os artigos, o primeiro autorizava o funcionamento do banco como autarquia interestadual com sede em Porto Alegre e agências em Curitiba e Florianópolis, o segundo artigo dizia que o banco teria de montar seu estatuto em função das recomendações da SUMOC e o terceiro dizia entrar em vigor o decreto na data de sua publicação.

3.2.3 Os recursos para o financiamento

O BRDE foi instalado em 22 de dezembro de 1961, mas somente iniciou suas operações no último trimestre de 1962. Esse período entre a instalação e as operações foi destinado à organização do banco, à seleção de pessoal e à busca de recursos. O primeiro diretor do banco foi Prof. Pery Pinto Diniz da Silva, diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nomeado pelos três governadores.

A seleção de pessoal para compor o banco seria predominantemente a partir de critérios técnicos, assumiu-se então que a única de forma de ingresso no Banco seria através de concurso público.

Segundo Fonseca (1988), os recursos para a criação e manutenção do banco era um problema muito questionado por adversários políticos. O capital inicial do banco foi de Cr\$ 120 mil, integralizado em quantias iguais pelos três estados, mas esse capital não era suficiente. Em despacho de 21 de julho de 1961 o governo de Jânio Quadros acolhia a proposta dos governantes de reservar 1% da receita tributária anual de cada estado para a constituição do capital do banco.

Apenas o Rio Grande do Sul contribuiu regularmente com 1% da receita tributária orçada, dinheiro este que deveriam ser aplicados no estado de origem, logo, a agência gaúcha teve maior fortalecimento frente aos outros estados.

A outra fonte de recursos provinha dos Acordos do Trigo. Estes foram assinados entre os governos brasileiro e norte-americano. Dada a superprodução e a acumulação de estoques de trigo, o governo dos Estados Unidos comprometia-se em vender o cereal ao Brasil em condições vantajosas. (FONSECA, 1988, p. 56).

Os acordos consistiam em uma espécie de empréstimo sob condições vantajosas, e esse dinheiro deveria financiar projetos de desenvolvimento. A criação de um banco como o BRDE era fundamental para que a Região sul pudesse receber parte desses recursos. Esses recursos só chegariam ao BRDE após 1964, isso porque grandes foram as pressões políticas dos governos de Minas Gerais e São Paulo, tornando inviável a proposta de enviar ao BRDE 10% desse capital.

A partir de 1964 o BRDE passa de fato a operar como agente financeiro, beneficiando-se do repasse dos Acordos do Trigo, em um total de Cz\$ 2.050.000.000,00. Foi exigido do banco o conhecimento prévio dos projetos para a liberação das verbas. (FONSECA, 1988).

Depois de vencida a barreira inicial, o BRDE passa por um período de consolidação e expansão. A partir de 1965, além dos recursos dos Acordos do Trigo, “o Banco passaria a operar com os recém-criados fundos voltados ao setor industrial: FINAME, FIPEME e FUNDECE.” (FONSECA, 1988, p. 59-60). Além de se tornar o primeiro receptor de recursos do BNDE, que em 1965 era responsável por 22% dos recursos do BRDE, e entre 1965 e 1981 respondeu por 57% dos recursos.

3.3 Década de 1970: expansão e consolidação

3.3.1 Contexto histórico

O Brasil vivia sob uma ditadura militar. O fantasma do comunismo ainda assombrava os políticos do país e o “milagre econômico” brasileiro estava a todo vapor. A economia do país crescia acima dos 9% ao ano desde 1968, a partir de 1973 a trajetória começa a declinar, no entanto o crescimento seria muito maior do que o verificado na próxima década. (LUCCAS; SOUZA, 2006).

Em 1973 ocorre o primeiro choque do petróleo, chegando a quase quadruplicar o preço do barril do mesmo. O modelo “fordista” de produção começava a declinar. O estado do bem-estar também estava em crise. O Brasil se manteve praticamente ileso a tais

acontecimentos, isso porque possuía uma economia fechada, somente articulava com as tarifas de importação, neutralizando assim, os efeitos do momento conturbado que o mundo vivia. No entanto, não demorou muito para que essa proteção fosse rompida, na década seguinte o país entraria numa profunda depressão.

A década de 1970 se mostrou bastante promissora para o Brasil, assim como para os estados do Sul, que aproveitaram a onda de crescimento que estavam vivendo. A principal mudança da década não foi na política, e sim na geografia do país. Segundo Lucas e Souza (2006), na década de 1970, mais de 60% das pessoas passaram a viver nas cidades. “O Brasil deixara de ser eminentemente rural e a maior parte dos empregos já estava nos centros urbanos, o que contribuiu ainda mais para o processo de industrialização.” (LUCCAS; SOUZA, 2006, p. 22).

3.3.2 Expansão e consolidação do BRDE

As alterações políticas e na política econômica após 1964 não significaram o fim do desenvolvimentismo, mas sua mudança de forma. Desvinculado do populismo e do trabalhismo, bem como do pensamento econômico que o justificava – o da CEPAL –, o desenvolvimentismo gradualmente desapegou-se de sua retórica distributiva, e passou a advogar o máximo crescimento – este, até certo ponto, como um fim em si mesmo, já que despido na ideologia ‘social’ da fase precedente. (FONSECA, 1988, p. 61).

Esse quadro era favorável ao BRDE, suas atividades não sofriam restrições, nem obstruções, ao contrário, eram ampliadas, levando à sua consolidação e expansão. Em 1964 o BRDE começou a atuar como agente financeiro, seus recursos próprios esgotaram-se. Começa com isso a busca de recursos externos, utilizando repasses de terceiros.

A partir de 1965 o banco poderia contar com as linhas operacionais recém-criadas, eram elas: FINAME, voltada para o financiamento de máquinas e equipamentos de produção nacional, era um fundo gerido pelo BNDE; FIPEME, exclusivo de bancos de desenvolvimento, voltado para o financiamento de investimentos fixos de pequenas e médias empresas, também era gerido pelo BRDE; FUNDECE, também exclusivo de bancos de desenvolvimento, porém gerido pelo Banco do Brasil, sua atuação se dava no financiamento de empresas industriais para aporte de capital em abertura para novos acionistas.

Dos três fundos, o FINAME foi o mais importante para o BRDE, do qual se constituiu o primeiro agente financeiro do Brasil. Já em 1965 contribuiu com 22% do total das fontes externas do Banco, chegando a 53% em 1980 – e cerca de 24% do montante das duas décadas entre os anos 1961 e 1981. (FONSECA, 1988, p. 63).

O conjunto de fundos e agências existentes nesse período foi fundamental na consolidação e expansão do Banco, acompanhando sua trajetória de crescimento. O BNDE era a principal origem de recursos do Banco, isso porque a escassez de recursos próprios não deixava alternativa.

No fim dos anos 60 a demanda por crédito expandiu-se e forçou o BRDE a buscar recursos externos para atendê-la. A consequência dessa expansão da demanda foi uma maior exigência para o repasse de recursos. Essa seletividade fez com que fossem definidos setores prioritários, como os voltados à exportação e bens de capital e insumos básicos.

A partir de 1974 o Banco começa a sentir maiores dificuldades em captar recursos, os estados membros sentem dificuldades em repassar 1% da receita orçada, passam a repassar somente 0,5%. Os estados passavam por dificuldades devidas a mudanças no ICM, que foi desviado de sua função e acabou tornando-se instrumento de incentivo fiscal. Em 1975 o BNDE passou a apoiar financeiramente os estados para ancorar seus bancos, era uma forma de antecipação de receita.

Essa crise obrigou o BRDE a procurar novas fontes de recursos, isso para que sua função de banco de fomento ao desenvolvimento fosse cumprida. Até 1979 essa política foi exitosa, principalmente devido aos Certificados de Depósito Bancário que aceleraram sua captação a partir de 1976. No entanto essas emissões aumentaram muito, principalmente para financiar os governos estaduais. O Banco acabou se distanciando de suas funções originais, visto que os recursos repassados ao governo nem sempre eram para investimentos.

Ocorre a rolagem das dívidas, que acabou envolvendo o Banco na crise das economias estaduais, que em parte também eram oriundas da crise econômica brasileira. O estado que deveriam suprir o Banco na obtenção de recursos, acabou se aproveitando dos recursos do Banco como fonte de capital para cumprir com suas obrigações.

Desde sua criação, o BRDE teria como intuito a reversão das desigualdades regionais. Isso fez com que o Banco se voltasse ao financiamento de capital fixo, no entanto, a partir de 1964 o Banco começa, gradualmente, a conceder empréstimos de capital de giro e custeio, era uma necessidade imposta, mas violava as concepções de desenvolvimento econômico vigentes.

As diretrizes criadoras do BRDE implicavam a prioridade à indústria, em seus primeiros anos, o crédito à indústria foi praticamente exclusivo. No entanto, a partir de 1965, as agências passaram de forma gradual a financiar o setor primário. Além do setor primário, na década de 70 o Banco passou a atuar em áreas como o turismo, pesca e florestal.

A partir de 1974, assume-se no Banco a importância e a necessidade de planejar sua ação.

O fim da expectativa de crédito ‘ilimitado’ ensejou o esforço para melhor racionalizar a atuação do Banco, estabelecendo-se novos critérios a serem implementados por também nova estrutura administrativa, com destaque às áreas financeira e operacional. (FONSECA, 1988, p. 78)

Em 1975 foi aprovada uma nova reestruturação do BRDE, dentre as principais propostas estava a mudança de orientação das operações, o Banco deveria adotar programas que determinariam a que empresários seriam concedidos os empréstimos. Essa mudança refletiu-se no Plano de Ação do BRDE, que procurava uma maior coerência e racionalidade nas decisões de investir.

Essas decisões do BRDE estavam apoiadas na política do Governo Federal, principalmente com relação ao II PND, que determinava que para vencer os primeiros sinais de crise, deveria haver uma motivação no sentido de crescer e planejar.

Quando mais se aprofunda a crise, entretanto, mais se torna necessária a presença dos bancos de desenvolvimento, seja nas tarefas tradicionais de conceder crédito e fomentar o crescimento, seja para racionalizá-lo, em funções basicamente alocativas. Mas ambas dependem menos dos bancos de desenvolvimento em si e mais da política econômica, ou seja, das formas recorrentes com que o Estado vai gerir os impasses ora verificados e as bases nas quais se assentará o novo ciclo expansivo, circundado pela correlação de forças políticas que norteará a própria ação estatal. (FONSECA, 1988, p. 81).

3.4 Década de 1980: endividamento e liquidação

3.4.1 Contexto histórico

A década de 1980 foi uma década de “ressaca”. Uma mistura de entusiasmo pela abertura política, mesmo que anunciada como lenta e gradual, a desaceleração do crescimento econômico mundial e a chegada da hiperinflação. Mas o que marcou a década como “perdida” foram os planos econômicos que começaram a surgir a partir da metade da década.

Já no fim da década de 1970 o modelo de desenvolvimento brasileiro, que era baseado no financiamento externo, se mostrou esgotado, uma alternativa seria, então, a substituição de importações. A indústria mudou seu foco, saiu da produção de bens duráveis e passou à indústria básica, como siderurgia, máquinas, equipamentos e petróleo.

Em 1982 o México declara moratória à sua dívida externa. Uma onda de instabilidade começou a perturbar todo o mundo, visto que se imaginava que os demais países em desenvolvimento pudessem fazer o mesmo. Essa instabilidade acabou gerando uma crise na dívida externa dos países pobres, isso porque o preço pago pelos títulos dessas dívidas era cotado a preços bem inferiores ao seu valor de face.

“Na década de 80 o Brasil passou por quatro grandes choques econômicos de orientação heterodoxa.” (LUCCAS; SOUZA, 2006, p. 36). O primeiro deles foi o Plano Cruzado, em 1986, que trocou o cruzeiro pelo cruzado e congelou os preços e salários. Embora tenha sido eficiente nos primeiros meses, logo a inflação voltou a crescer. O segundo choque foi o Plano Breser, no começo de 1987, que congelou os preços e salários por noventa dias. A escalada inflacionária voltou no fim deste mesmo ano. Em 1989 tivemos o terceiro plano, o Plano Verão, que instituiu uma nova moeda, o cruzado novo, e congelou os preços indeterminadamente. Não foram necessários muitos meses para que o plano sucumbisse.

O cenário econômico desta década fez com que a economia brasileira se comportasse como uma gangorra. O PIB caiu nos início da década, recuperou-se entre 1984-86 e voltou a desacelerar nos anos seguintes. A inflação teve um aumento impressionante, passou dos 95% em 1981 para mais de 1400% no final da década. Logo no início da década, a produção industrial já havia caído 15%. O único sinal positivo veio das exportações, que cresceram cerca de 56% em toda a década. (LUCCAS; SOUZA, 2006).

3.4.2 O endividamento e a liquidação do Banco

O BRDE sempre atuou no sentido de preservar o parque industrial já instalado na Região nos períodos de crise. Na crise do início da década de 1980, assim que avaliou a extensão da crise, o BRDE atuou de forma a preservar a base industrial dos três estados, “postergando a cobrança de dívidas, reescalando prazos, injetando recursos adicionais nos projetos em implantação ou maturação e promovendo saneamentos financeiros.” (OLIVEIRA; MARTINI; SILVA, 1989, p. 5). Entre os anos de 1981-84, 52% das contratações tinham esse intuito, cerca de US\$ 615 milhões. (OLIVEIRA; MARTINI; SILVA, 1989).

A partir de 1983, o Banco Central passou a controlar os empréstimos de instituições financeiras ao setor público, foram estipulados tetos para esses financiamentos. O objetivo era

um maior controle dessas transações. Com isso, os recursos disponíveis tornaram-se insuficientes para atender as necessidades dos estados, isso fez com que os governos passassem a atrasar pagamentos a essas instituições financeiras, gerando com isso problemas graves de liquidez.

Devido a essa situação, instituições como o BRDE, se viram obrigadas a recorrer mais intensamente a operações de captações, além dos repasses já obtidos com instituições financeiras federais.

Nessa época, o BRDE captou, no mercado financeiro, através da emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), a quantia equivalente a US\$ 60 milhões, que deram origem à parcela mais expressiva da dívida pública estadual para com o Banco. Como nos anos seguintes a esse endividamento inicial o mercado de CDBs apresentava-se fortemente comprador, havendo aceitação para títulos com prazos de resgate superiores a um ano, e fora o agravamento dos seus *deficits* fiscais, os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina socorreram-se, por diversas vezes, desse expediente para suprir suas necessidades de caixa, ampliando seu endividamento para com o BRDE. Além desse fato, o aprofundamento da crise do setor público e as tentativas de conter a inflação crescente pela via do controle dos preços e tarifas públicas, ao desequilibrar financeiramente o setor produtivo estatal como resultado de insuficiente capitalização e redução substancial no nível real de remuneração dos investimentos das empresas desse setor (que, em sua grande maioria, passaram a ter taxas de retorno negativas), fizeram com que praticamente todas as estatais da esfera estadual se tornassem inadimplentes. Assim, empréstimos de longo prazo que haviam financiado investimentos do setor produtivo estatal não puderam ser saldados e se transformaram, no seu vencimento, em inadimplência do setor público junto ao BRDE, tendo que ser suportados com recursos de curto prazo captados no mercado financeiro. (OLIVEIRA; MARTINI; SILVA, 1989, p. 7).

Entre 1987-88 o Banco não efetuou novos empréstimos ao setor público, no entanto a dívida já atingia uma proporção tamanha que somente a incorporação dos juros durante esses dois anos elevaram a dívida a um total de US\$ 537 milhões. Durante esse período, muitas foram as negociações entre o BRDE e o Governo Federal com o Banco Central para a obtenção de linhas especiais de assistência de liquidez, linhas essas que garantiriam condições mínimas compatíveis com as condições de pagamento dos estados sulinos. O Banco Central se disse incapaz de assumir os débitos dos governos estaduais.

Em 17 de novembro de 1988 o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco do Estado de Alagoas S/A. Esse ato administrativo foi sentido pelo BRDE, pois este estava fragilizado devido a sua condição financeira. “Estavam criadas, então, as condições materiais sobre as quais se assentariam propósitos de extinção do BRDE e das quais resultaria o ato que encerrou o seu ciclo histórico: a liquidação extrajudicial.” (OLIVEIRA; MARTINI; SILVA, 1989, p. 8). E em 6 de março de 1989 foi decretada a liquidação extrajudicial do BRDE.

3.5 Década de 1990: o BRDE volta a operar

3.5.1 Contexto histórico

A década de 1990 foi uma década de transformação e adaptação. A geopolítica mundial havia sido alterada. A bipolarização do mundo que reinava desde o início da guerra fria, havia ruído. Muitas modificações tecnológicas fizeram com que as empresas tivessem que se adaptar para participar do mercado.

O desenvolvimento estava baseado no conhecimento, e isso trouxe limites ao Brasil. O país não havia investido em educação, pois passou a década anterior lutando exaustivamente contra a inflação. O Brasil abriu sua economia, inundando o mercado brasileiro de produtos estrangeiros baratos. O custo da mão de obra era um fator relevante nas decisões mundiais de produção e os países asiáticos possuíam uma mão de obra muito mais barata que os demais países do mundo.

Na região Sul também pode se sentir a concorrência dos países asiáticos, e os setores mais afetados foram o têxtil e o de calçados.

Em 1994 o governo pôs em vigor o Plano Real, que finalmente controlou a inflação. Ao contrário dos demais planos, no Real não houve congelamento de preços, um real passou a valer um dólar.

Muitas foram as crises internacionais na década de 1990, o que comprometeu o crescimento das economias, principalmente dos países em desenvolvimento. O PIB brasileiro cresceu em média 2,6% ao ano, o que era pouco levando em consideração que o país já havia passado por uma década de recessão, a “década perdida”.

3.5.2 Da liquidação ao reinício das operações

Em março de 1990 é levantada a liquidação do BRDE e é instalado pelo Banco Central um regime de administração especial. E com isso, assumem a diretoria quatro funcionários do Banco Central. Entre junho e julho de 1990 assumem os diretores representantes dos três estados da região Sul. (BRDE, 1990a)

O BRDE entre o período de março e setembro de 1990 apresentou uma queda na entrada de recursos e investimentos, mas foi marcado também por uma evasão de recursos na ordem de 170 milhões de dólares (BRDE, 1990b).

Além dos problemas decorrentes da liquidação extrajudicial, o banco ainda teve de lidar com os questionamentos dos funcionários que requeriam uma carga horária de trabalho de bancários. Nesse momento o Banco sofreu com a falta de pessoal, isso porque seu último concurso havia sido em 1982. Durante a intervenção do BACEN muitas demissões foram incentivadas e em 1992 muito do quadro funcional se perdeu pelo Programa de Demissão e Aposentadoria Voluntária.

Desde a sua liquidação, o BRDE passou por um processo de saneamento que durou três anos, nesse período foram tomadas medidas de renegociação com o setor público. Na sua reformulação administrativa e organizacional estavam envolvidas a modernização dos produtos, serviços e formas de atuação. Essas medidas permitiram que o Banco retomasse suas funções a partir de janeiro de 1992, nesse momento o BRDE já havia recuperado a liquidez e sua estrutura patrimonial.

A década de 1990 foi um período de grandes transformações na indústria, principalmente nos setores tradicionais, como o de alimentos. “Como a maior parte dos setores industriais e agrícolas da economia do Sul, o desenvolvimento da indústria da maçã teve a participação fundamental do BRDE.” (LUCCAS; SOUZA, 2006, p. 55).

Entre os anos de 1997-98 o BRDE esteve sob ameaça de dissolução. O Banco passava por um momento de instabilidade institucional que afetou profundamente a capacidade do Banco em desempenhar sua missão. Em 1998, o banco contabilizou um prejuízo de R\$ 37 milhões. Esse resultado se dava principalmente em função da inadimplência dos mutuários. A taxa de inadimplência atingiu 20% em 1998 e 28% no último bimestre de 1999.

A instabilidade econômica do país também deixou seus reflexos no banco, isso se deu principalmente com a retração nas decisões de investimento do setor privado e, com isso se traduziu em queda na demanda por crédito.

Com as eleições em 1998 e com isso a mudança da diretoria as diretrizes foram moldadas no sentido de manter e fortalecer a instituição. Foram tomadas iniciativas no aprimoramento da governança corporativa, na recuperação da imagem institucional, na realização de concurso público para a renovação dos recursos humanos do Banco, no foco da missão e na sustentabilidade. O sentido de atuação do banco foi renovado, sendo então o apoio de projetos de investimento em empresas de menor porte, em agricultura de base familiar, em cooperativas de produção agropecuária, em projetos de exportação.

Essa reestruturação do banco foi feita a partir de um plano institucional que ficou conhecido como Plano para o Fortalecimento Financeiro do BRDE, dentre as ações definidas pelo plano estava o aprimoramento dos sistemas de concessão e recuperação de créditos, definição dos segmentos de atuação levando em consideração o retorno financeiro e social, obtenção de novas fontes de recursos e reavaliação organizacional de administrativa do banco.

3.6 Principais acontecimentos das décadas de 1960 a 1990

Em junho de 2011 o BRDE completou Cinquenta Anos de criação, desde sua criação a promessa do BRDE era um maior desenvolvimento da Região Sul, durante esses anos muitas foram as dificuldades do banco para se manter ativo. Seguem, no Quadro 1, alguns fatos que marcaram a história do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

Quadro 1: Principais Acontecimentos entre as décadas de 1960-1990

DÉCADA DE 1960	DÉCADA DE 1970	DÉCADA DE 1980	DÉCADA DE 1990
Em março de 1961 os governadores dos três estados se reúnem com Jânio Quadro para apresentar a proposta do banco	Por volta de 1974 o banco começa a sentir dificuldades na captação de recursos	A partir de 1983 o Banco Central começa a controlar financiamentos de instituições financeiras ao setor público	Em março de 1990 é levantada a liquidação do BRDE e é instalado pelo Banco Central um regime de administração especial
Em 15 de junho de 1961 é criado o BRDE	O BRDE passa a procurar novas fontes de recursos	A dívida do setor público com o banco era tamanha que o BRDE deixou de emprestar para o mesmo entre 1987-1988	O BRDE passou por um processo de saneamento que durou três anos, nesse período foram tomadas medidas de renegociação com o setor público
A partir de 1964 o BRDE passa a atuar como agente financeiro	Os estados que deveriam suprir a demanda de recursos do banco acabaram se utilizando dele como fonte de capital	Em 17 de novembro de 1988 o Banco Central decreta a liquidação extrajudicial do BRDE	Entre 1997-98 o BRDE passa por nova ameaça de dissolução
Em 1965 o banco se torna o primeiro receptor de recursos do BNDES	Em 1975 é aprovada uma reestruturação do BRDE que deveria reorientar suas operações		Em 1999 é criado um Plano para o Fortalecimento Financeiro do BRDE

Fonte: Elaborado pelo autor

O banco foi criado em 1961, mas até que começasse a operar como agente financeiro se passaram três anos, em 1965 o BRDE se torna o primeiro a receber recursos do BNDES. Logo na década seguinte grandes foram as dificuldades na captação de recursos, os estados

deveriam fornecer a receita para que o banco operasse mas ao invés disso se tornaram devedores do mesmo, fazendo com que o banco tivesse que recorrer a outras fontes de recursos.

Na década de 1980 o Banco Central começa a regular empréstimos de instituições financeiras ao setor público, isso fez com que os estados não pudessem mais recorrer ao BRDE. No entanto o BRDE só parou de emprestar aos estados entre 1987-88, quando a dívida assumiu um patamar que o banco não podia mais sustentar. E em 1988 é decretada a liquidação extrajudicial do BRDE.

Na década de 1990 o banco passou por uma reestruturação, passando por um regime de liquidação comandado pelo Banco Central, esse processo de saneamento durou três anos, nele foram definidas novas regras de negociação da dívida do setor público. Entre 1997-98 o banco passa por uma fase de instabilidade institucional e sofreu novas ameaças de dissolução. Em 1998 uma nova diretoria foi instaurada e foram tomadas várias iniciativas com o intuito de fortalecer e manter a instituição. Com isso o banco ganhou novo fôlego e venceu mais uma crise.

4 DESEMPENHO OPERACIONAL E ECONÔMICO-FINANCEIRO DO BRDE ENTRE OS ANOS 2003-2010

Nos anos 2000 o BRDE tem atuado de forma a manter o desenvolvimento já alcançado pela Região Sul, além promover financiamentos com o intuito de superar o que até então já foi adquirido. Nesse capítulo são apresentados dados que comprovam essa atuação do banco, além de apontar avanços do banco no que diz respeito à responsabilidade social. São também apontadas metas para a atuação do banco em 2011.

4.1 Estrutura atual do BRDE

4.1.1 Dados estruturais em 31/12/2010

O BRDE é uma instituição financeira pública de fomento controlada pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o banco atua operacionalmente também no Mato Grosso do Sul desde 2009. Juridicamente organizado como uma autarquia interestadual, o banco conta com uma autonomia administrativa e seu patrimônio integra o patrimônio dos Estados controladores

O BRDE possui três agências, uma em cada estado da Região Sul, localizadas nas capitais, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Há também um escritório de representação localizado no Rio de Janeiro e um espaço de divulgação em Campo Grande. O Capital do banco está dividido igualmente entre os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Em 31 de dezembro de 2010 o banco possuía 550 empregados, 35.207 clientes com operações em vigor, 1.047 municípios com clientes ativos, um Ativo Total de R\$7.885 milhões, um total de R\$6.244 milhões em operações de crédito e um Patrimônio Líquido de R\$1.164 milhões.

4.1.2 Missão, visão e valores

O BRDE tem como missão “Promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social de toda a região de atuação, apoiando as iniciativas governamentais e privadas, através do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de longo prazo” (BRDE, 2010a). Já a sua visão envolve o reconhecimento “pela sociedade como instituição imprescindível, capaz de prover e estimular ações que resultem no crescimento econômico e social da região de atuação, contribuindo para a melhoria dos seus indicadores de desenvolvimento humano” (BRDE, 2010a). Dentre os valores adotados pela instituição estão o compromisso com o desenvolvimento regional, a valorização do conhecimento técnico, a autossustentabilidade, a gestão colegiada e a resiliência.

4.1.3 Administração do Banco

A administração do BRDE é composta pelo CODESUL, que é o controlador do BRDE; pelo Conselho de Administração, que é o órgão de orientação de deliberação superior; e por uma Diretoria colegiada. O presidente do CODESUL é o atual governador do estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, os outros dois governadores da região; André Puccinelli do Paraná e Raimundo Colombo de Santa Catarina são vice-presidentes do Conselho. Existe também o cargo de Secretário-Executivo que é composto por um representante de cada agência e um representante do Espaço de Divulgação situado no Mato Grosso do Sul, são eles: José Luiz Segalin (RS), Amauri Camilo Cantu (SC), Santiago Martim Gallo (PR) e Magda dos Santos Correa (MS).

A Diretoria do banco é formada por um diretor-presidente, um vice-presidente, um diretor de planejamento, um diretor administrativo, um diretor financeiro, um diretor de operações e um diretor de acompanhamento e recuperação de créditos. Segue no Quadro 2 a composição da diretoria entre os anos de 2003 e 2011 e na Figura 1 o organograma da diretoria em 2011.

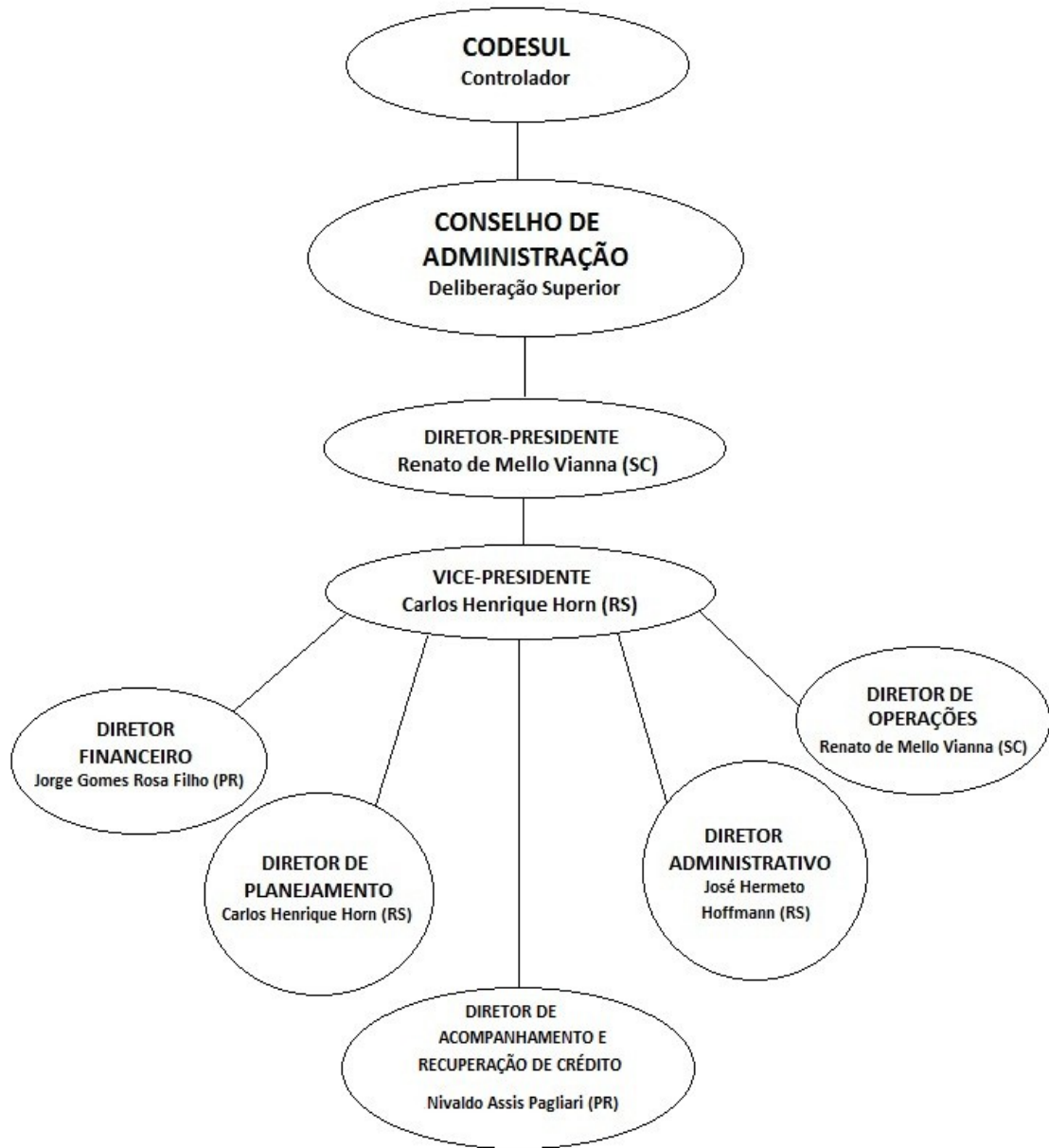
Entre os anos analisados, observa-se que a presidência do banco muda praticamente todo ano, os únicos anos em que a presidência se mantém são 2005 e 2006, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, representante do Paraná preside durante esses dois anos. Somente o estado do Paraná repete a presidência do banco, entre 2005/2006 e 2009/2010.

Quadro 2: Diretoria do BRDE entre 2003-2011

Ano	Diretor-Presidente	Vice-Presidente	Diretor Financeiro	Diretor Planejamento	Diretor Administrativo	Diretor de Recup. de Créditos	Diretor Operações
2003	Casildo Maldaner (SC)	Lélio Miguel Antunes de Souza (RS)	Geovah José Freitas Amarante (SC)	Germano Mostadeiro Bonow (RS)	Amadeu Luiz de Mio Geara (PR)	Lélio Miguel Antunes de Souza (RS)	Carlos Frederico Marés de Souza Filho (PR)
2004	Lélio Miguel Antunes de Souza (RS)	Carlos Frederico Marés de Souza Filho (PR)	Amadeu Luiz de Mio Geara (PR)	Germano Mostadeiro Bonow (RS)	Geovah José Freitas Amarante (SC)	Casildo Maldaner (SC)	Carlos Frederico Marés de Souza Filho (PR)
2005	Carlos Frederico Marés de Souza Filho (PR)	Geovah José Freitas Amarante (SC)	Amadeu Luiz de Mio Geara (PR)	Germano Mostadeiro Bonow (RS)	Geovah José Freitas Amarante (SC)	Casildo Maldaner (SC)	Lélio Miguel Antunes de Souza (RS)
2006	Carlos Frederico Marés de Souza Filho (PR)	Geovah José Freitas Amarante (SC)	Paulo Cesar Fiates Furiati (PR)	Vercidino Albarello (RS)	Geovah José Freitas Amarante (SC)	Casildo Maldaner (SC)	Lélio Miguel Antunes de Souza (RS)
2007	Renato de Mello Vianna (SC)	Fancisco Sergio Turra (RS)	Casildo Maldaner (SC)	Mario Bernd (RS)	Paulo Cesar Fiates Furiati (PR)	Carlos Frederico Marés de Souza Filho (PR)	Fancisco Sergio Turra (RS)
2008	Mario Bernd (RS)	José Moraes Neto (PR)	Renato de Mello Vianna (SC)	Otomar Oleques Vivian (RS)	Airton Carlos Pissetti (PR)	José Moraes Neto (PR)	Casildo Maldaner (SC)
2009	Airton Carlos Pissetti (PR)	Renato de Mello Vianna (SC)	Renato de Mello Vianna (SC)	José Moraes Neto (PR)	Mario Bernd (RS)	Casildo Maldaner (SC)	Celso Bernardi (RS)
2010	José Moraes Neto (PR)	Renato de Mello Vianna (SC)	Renato de Mello Vianna (SC)	Wilson Portes (PR)	Mario Bernd (RS)	Casildo Maldaner (SC)	Celso Bernardi (RS)
2011	Renato de Mello Vianna (SC)	Carlos Henrique Horn (RS)	Jorge Gomes Rosa Filho (PR)	Carlos Henrique Horn (RS)	José Hermeto Hoffmann (RS)	Nivaldo Assis Pagliari (PR)	Renato de Mello Vianna (SC)

Fonte: BRDE - Relatórios de Administração 2003-2010

Figura 1: Organograma da Administração do BRDE



Fonte: BRDE

4.2 Desempenho operacional do BRDE entre os anos 2003-2010

Nesta seção são apresentados dados referentes ao desempenho operacional do BRDE entre os anos de 2003 e 2010. Dados esses referentes à liberação de recursos; a contratações de financiamentos, assim como à divisão dessas contratações entre os setores de atividade, por origem de recursos e por porte dos mutuários; a aprovações de operações de crédito; a repercussões socioeconômicas da atividade do banco; e referentes à posição do BRDE no Ranking do Sistema BNDES.

4.2.1 Liberações de recursos

As liberações de recursos efetuadas pelo BRDE entre os anos de 2003 e 2010 tiveram um crescimento médio anual, em termos nominais, de 23,8%, segundo os dados da Tabela 1, esse crescimento não foi uniforme, entre 2003 e 2004 o crescimento foi aproximadamente de 47%, já entre os anos de 2005 e 2007 o crescimento foi em média de 15%, entre 2008 e 2009 o crescimento alcançou o patamar de 35%, e no ano de 2010 o crescimento foi ínfimo, representando 0,09%.

Tabela 1: Liberações de Recursos 2003-2010

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Setor de Atividade	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL
Primário	180.952	276.431	248.122	260.474	359.964	353.844	508.188	454.344
Secundário	159.112	240.443	275.166	234.680	363.571	640.648	646.475	617.396
Terciário	97.798	130.312	211.922	348.653	287.438	351.538	697.680	782.217
Infra-estrutura			84.471	229.462	113.886	116.640	193.804	198.921
Comércio e Serviços			127.451	119.191	173.552	234.898	503.876	583.296
TOTAL	437.862	647.186	735.210	843.807	1.010.973	1.346.030	1.852.343	1.853.957

Fonte: BRDE - Relatórios de Administração adaptados 2003-2010

Esse crescimento mais baixo no ano de 2010 se deu devido ao efeito tardio da crise que afetou todo o mundo em 2008. Os brasileiros demoraram a sentir os efeitos da crise e o BRDE só sentiu esses efeitos da diminuição dos investimentos no último ano.

Dentre os setores, o setor terciário foi o setor que mais cresceu, cresceu cerca de 670% durante todo o período estudado, puxado principalmente pelo setor de comércio e serviços.

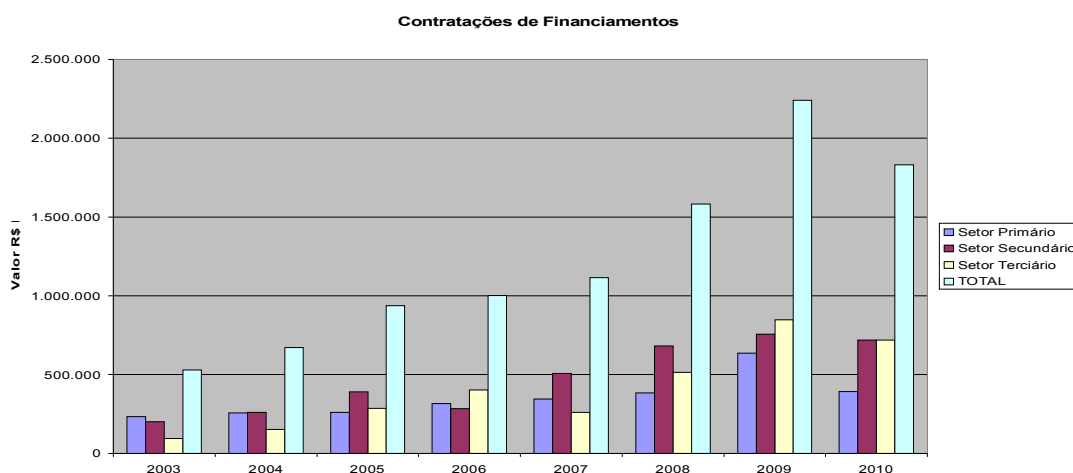
No que se refere à participação no total de liberações no ano de 2010, o setor terciário é o de maior representatividade, participando com 42,2% do total liberado, sendo que o setor de comércio e serviços representa 74,6% do total de liberações do setor terciário.

O setor secundário foi o segundo que mais cresceu no período com 288% de 2003 a 2010. Participando em 2010 com 33,3% do total de liberações. Já o setor primário tinha a liderança frente aos outros setores até 2005, seu crescimento no período foi de 151,1%, sua participação no total liberado em 2010 foi de 24,5%.

4.2.2 Contratações de financiamentos

As contratações de financiamentos à semelhança das liberações de recursos apresentaram um crescimento médio nominal entre 2003 e 2010 de 21,4%, conforme Gráfico 1. Esse crescimento também não foi uniforme, entre os anos de 2003 e 2005 o crescimento ficou em média em 30%, mas em 2006 o crescimento foi retraído em função do comportamento ruim do setor secundário que assim como no restante do país teve dificuldades para crescer. Já em 2007 o resultado apesar de um pouco melhor, ainda não alcançou a média do período, dessa vez a culpa foi do setor terciário, que apresentou uma retração de 35% no montante de contratações com relação ao ano anterior. Em 2008 e 2009 o crescimento ficou próximo dos 40%, já em 2010 assim como no caso das liberações, o efeito da crise se mostrou para o BRDE, levando a uma redução no montante contratado em 18,4% em relação ao ano de 2009.

Gráfico 1: Contratações de Financiamentos 2003-2010



Fonte: BRDE - Relatórios de Administração adaptados 2003-2010

O setor terciário continua sendo o setor que mais cresceu, seu montante contratado cresceu cerca de 650% no período analisado. Participando em 2010 com 39,3% do total contratado, estando com isso muito próximo do setor secundário que participou com 39,2%. O setor primário vinha crescendo até 2009, no ano de 2010 teve um recuo que fez com que a sua participação no total de contratações de 2010 fosse de 21,5%.

4.2.2.1 Contratações por Estado

Dentre os Estados da Região Sul, a Tabela 2 demonstra que o Paraná é o Estado que tem maior participação nas contratações de financiamentos, sendo responsável por 47% das contratações nominais de 2010. Já a segunda posição vem sendo bastante disputada, o Rio Grande do Sul esteve na frente em 2009, mas em 2008 e 2010 Santa Catarina o ultrapassou, participando em 2010 com 30% dos total das contratações.

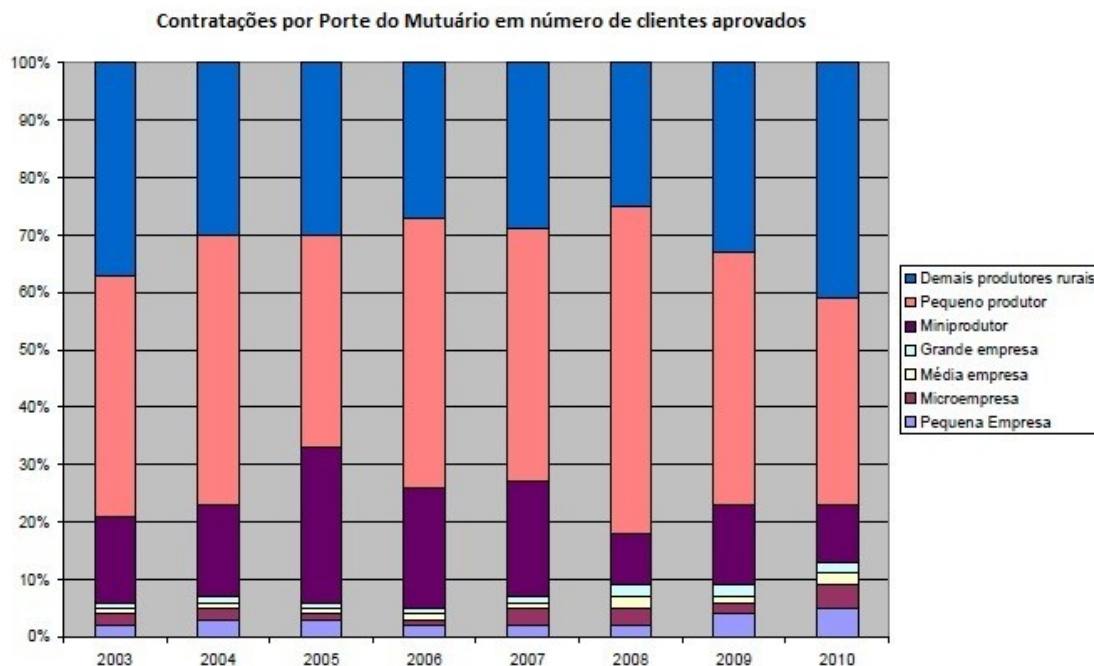
Tabela 2: Contratações de Financiamentos por Estado 2008-2010

Agência	2008		2009		2010	
	Part. (%)	Valor R\$ MIL	Part. (%)	Valor R\$ MIL	Part. (%)	Valor R\$ MIL
Paraná	40%	629.613	47%	1.058.140	47%	867.503
Santa Catarina	32%	505.828	25%	550.002	30%	555.938
Rio Grande do Sul	28%	446.719	28%	633.864	22%	406.873
TOTAL	100%	1.582.160	100%	2.242.006	100%	1.830.314

Fonte: BRDE - Relatórios de Administração adaptados 2003-2010

4.2.2.2 Contratações por porte do mutuário

Como se pode verificar no Gráfico 2, o pequeno produtor rural tem sido o maior contratador de financiamentos do BRDE de 2003 até 2009, em 2010 o pequeno produtor foi ultrapassado pelos demais produtores rurais. Pelo menos 80% do total de contratações é destinado aos produtores rurais, entre 2003 e 2009 pelo menos 90% era destinado a esses produtores. Em 2010 a pequena empresa e a micro empresa ganharam destaque, chegando, juntas, a quase 10% do total das contratações.

Gráfico 2: Contratações por Porte do Mutuário 2003-2010

Fonte: BRDE - Relatórios de Administração adaptados 2003-2010

4.2.2.3 Contratações por origem de recursos

O Sistema BNDES é a principal fonte de recursos das contratações do BRDE, conforme Tabelas 3 e 4. Ele compreende em média 97% dos recursos contratados pelo BRDE. Dentro do Sistema BNDES o próprio BNDES é o principal repassador de recursos, seguido pelo FINAME, que tem perdido posição durante os anos estudados.

O FINAME foi criado em 1966 com a função de gerir o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Novos, os seus recursos são destinados a financiamentos de operações de compra de venda de máquinas e equipamentos de produção nacional e de exportação e importação de equipamentos e máquinas. (BNDES, 2011a).

Nos últimos dois anos o BRDE tem feito uso de recursos do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (PSI), que busca estimular a produção aquisição e exportação de bens de capital e a inovação tecnológica. Esse programa teve uma participação de 29,3% em 2010 no total de recursos oriundos do Sistema BNDES. (BNDES, 2011b).

Tabela 3: Contratações por Origem dos Recursos 2003-2006

Origem	2003		2004		2005		2006	
	Part. (%)	Valor R\$ MIL	Part. (%)	Valor R\$ MIL	Part. (%)	Valor R\$ MIL	Part. (%)	Valor R\$ MIL
Sistema BNDES	98,8	524.530	99,9	670.759,0	92,6	869.674,0	100,0	1.001.127,0
BNDES	74,0	392.903	77,8	522.351	77,3	725.688	85,6	857.360
FINAME	24,8	131.627	22,1	148.408	15,3	143.986	14,4	143.767
PSI	-	-	-	-	-	-	-	-
RECURSOS PRÓPRIOS	0,0	80	0,1	380	0,1	538	0,0	350
OUTROS RECURSOS	1,0	5.400	-	-	7,3	68.401	-	-
TOTAL	100	530.010	100	671.139	100	938.613	100	1.001.477

Fonte: BRDE - Relatórios de Administração adaptados 2003-2010

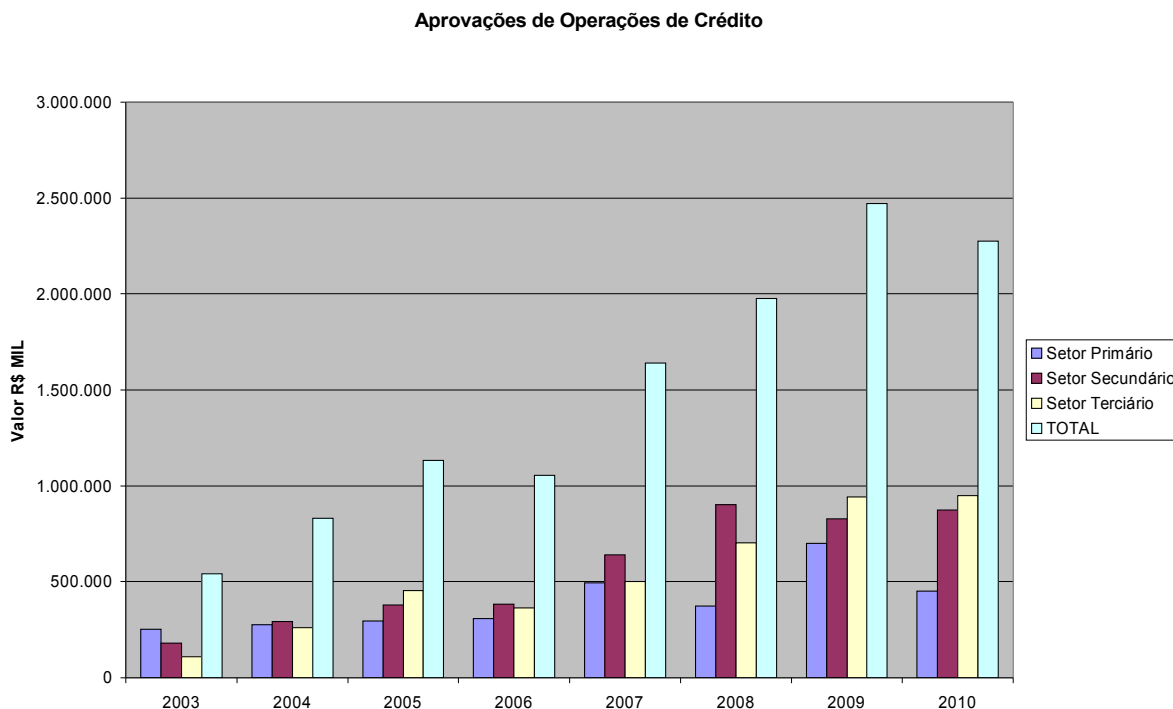
Tabela 4: Contratações por Origem dos Recursos 2007-2010

Origem	2007		2008		2009		2010	
	Part. (%)	Valor R\$ MIL	Part. (%)	Valor R\$ MIL	Part. (%)	Valor R\$ MIL	Part. (%)	Valor R\$ MIL
Sistema BNDES	97,3	1.085.360	96,6	1.529.128	97,2	2.178.309	93,8	1.716.816
BNDES	81,9	913.329	83,6	1.323.244	79,1	1.772.448	60,6	1.108.447
FINAME	15,4	172.031	13,0	205.884	6,0	135.373	3,9	71.456
PSI	-	-	-	-	12,1	270.488	29,3	536.913
RECURSOS PRÓPRIOS	2,7	30.008	1,8	27.994	0,2	4.500	0,0	650
OUTROS RECURSOS	-	-	1,6	25.038	2,6	59.197	6,2	112.849
TOTAL	100	1.115.368	100	1.582.160	100	2.242.006	100	1.830.315

Fonte: BRDE - Relatórios de Administração adaptados 2003-2010

4.2.3 Aprovações de operações de crédito

As aprovações de operações de crédito tiveram uma trajetória semelhante a das liberações de recursos e a das contratações de financiamentos, o que pode ser verificado no Gráfico 3. Seu crescimento médio anual, em termos nominais, no período pesquisado foi de 25,1%. No entanto esse crescimento não foi homogêneo, na passagem do ano 2003 para 2004 o crescimento ficou próximo dos 55%, já no ano seguinte ficou próximo dos 35%, em 2006 as aprovações tiveram um declínio de 6,9%, esse recuo foi puxado pelo setor terciário que decresceu em seu volume de aprovação um total de 20%; em 2007 o crescimento alcançou novamente a marca dos 50%, em 2008 e 2009 beirou os 20% e em 2010 teve um declínio de 8%. Assim como nos demais dados já observados o ano de 2010 foi um ano de ajuste dos investidores com relação aos resultados da crise que assolou o mundo em 2008.

Gráfico 3: Aprovações de Operações de Crédito 2003-2010

Fonte: BRDE - Relatórios de Administração adaptados 2003-2010

O setor terciário novamente foi o setor que mais cresceu, apresentando em 2010 um aumento de 765%, em termos nominais, em relação ao seu montante de operações em 2003. Em segundo lugar está o setor secundário com um crescimento no período de 386%. E por fim o setor primário com um crescimento de 78% que só foi tão baixo devido ao decréscimo de aprovações para o setor em 2010, que caiu cerca de 35%.

Com relação à participação no total de aprovações o setor terciário participa com um total de 42%, em segundo vem o setor secundário com uma participação de 38% e por fim o setor primário com uma participação de 20%.

4.2.4 Repercussões socioeconômicas da atividade operacional do BRDE

O BRDE se preocupa muito com o impacto de suas atividades no desenvolvimento da Região Sul, até porque esse é o motivo de sua criação. E por isso procura sempre demonstrar o quanto o seu trabalho afeta o ambiente social e econômico da região, conforme Tabela 5.

Tabela 5: Repercussões Socioeconômicas da Atividade Operacional 2003-2010

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Investimentos Viabilizados (R\$ Milhões)	759,0	1.563,5	1.760,5	1.609,4	2.800,0	3.100,0	2.830,0	2.231,6
Arrecadação ICMS (R\$ Milhões)	147,0	215,8	200,9	111,7	176,0	250,0	258,4	236,3
Empregos gerados e/ou mantidos (Mil)	31,0	44,8	52,2	43,2	46,0	64,0	80,2	51,4

Fonte: BRDE - Relatórios de Administração adaptados 2003-2010

Os investimentos viabilizados através dos financiamentos concedidos pelo BRDE já ultrapassam o valor de 2 bilhões de reais. Esses investimentos geraram um acréscimo de arrecadação de ICMS para os Estados controladores, no ano de 2010, na ordem de 236,3 milhões de reais. Além da renda proporcionada, o banco gera e mantém empregos com os seus financiamentos, que em 2010 foram em torno de 51 mil.

4.2.5 Posição do BRDE no Ranking do Sistema BNDES

O BRDE possui uma posição de destaque no Ranking do Sistema BNDES, em 2003 ele era o 14º entre os agentes que operam com recursos do BNDES, conforme Tabelas 6 e 7. Foi ganhando posição ao longo dos anos chegando a 8º em 2006 e 2009, somente em 2010 sua posição caiu um pouco, ficando em 11º lugar. Sua participação no total dos desembolsos do BNDES ficou sempre próximo dos 3%, somente em 2010 esse percentual foi inferior a 2%.

Tabela 6: Posição do BRDE no Ranking do Sistema BNDES 2003-2006

Discriminação	2003		2004		2005		2006	
	Ranking	Part. (%)	Ranking	Part. (%)	Ranking	Part. (%)	Ranking	Part. (%)
	BRDE	Desemb.	BRDE	Desemb.	BRDE	Desemb.	BRDE	Desemb.
Total	14º	2,3	11º	2,9	9º	3,0	8º	2,9
Região Sul	3º	8,0	3º	9,5	3º	11,2	3º	13,5

Fonte: BRDE - Relatórios de Administração adaptados 2003-2010

Tabela 7: Posição do BRDE no Ranking do Sistema BNDES 2007-2010

Discriminação	2007		2008		2009		2010	
	Ranking	Part. (%)	Ranking	Part. (%)	Ranking	Part. (%)	Ranking	Part. (%)
	BRDE	Desemb.	BRDE	Desemb.	BRDE	Desemb.	BRDE	Desemb.
Total	11º	2,7	10º	2,7	8º	3,1	11º	1,9
Região Sul	3º	11,6	3º	10,2	4º	10,9	4º	6,4

Fonte: BRDE - Relatórios de Administração adaptados 2003-2010

Já a participação do BRDE no total de repasses efetuados para a Região Sul o BRDE tem uma participação pequena frente à sua estrutura, de 2003 a 2008 ocupou a 3º posição, em 2009 e 2010 caiu para 4º colocado. A sua participação nesses desembolsos ficou em média entre os 10%, sendo inferior a isso em 2003, 2004 e em 2010, quando ficou somente com 6,4% do total repassado à Região Sul.

4.3 Desempenho econômico-financeiro do BRDE entre os anos de 2003 a 2010

Nesta seção são apresentados dados referentes ao desempenho econômico-financeiro do BRDE entre os anos de 2003 e 2010. Dados esses referentes à distribuição da carteira de financiamentos por setor de atividade, à rentabilidade do Patrimônio Líquido do banco, à taxa de inadimplência e à distribuição da carteira de financiamentos por nível de risco.

4.3.1 Distribuição da carteira de financiamentos por setor e gênero de atividade

A Carteira de Financiamentos do BRDE está dividida em Agropecuária, Indústria, Infraestrutura e Comércio e Serviços. Ao analisar a Tabela 8, observa-se que entre os anos de 2005 e 2007 a Agricultura tinha a maior participação na carteira de financiamentos do banco, fato esse que começou a mudar em 2008, quando a Indústria passou a liderar essa carteira. O Setor de Comércio e Serviços também merece destaque, pois em 2005 tinha uma participação de 17% e em 2010 possui uma participação de 22%.

Tabela 8: Distribuição da Carteira de Financiamentos por Setor de Atividade 2005-2010

Setor de Atividade	2005		2006		2007		2008		2009		2010	
	Part. (%)	Saldo R\$ Mil	Part. (%)	Saldo R\$ Mil	Part. (%)	Saldo R\$ Mil	Part. (%)	Saldo R\$ Mil	Part. (%)	Saldo R\$ Mil	Part. (%)	Saldo R\$ Mil
AGROPECUÁRIA	41%	1.101.185	31%	997.499	34%	1.269.715	32%	1.450.591	31%	1.765.659	30%	1.974.943
INDÚSTRIA	30%	811.552	30%	978.760	30%	1.122.119	34%	1.543.104	34%	1.954.256	33%	2.173.043
Extrativa Mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	6.503
Indústria de Transformação	30%	811.552	30%	978.760	30%	1.122.119	34%	1.543.104	34%	1.954.256	33%	2.166.540
Borracha e Plástico	3%	73.201	2%	77.510	2%	75.255	2%	93.165	2%	96.661	1%	93.595
Combustível	0%	-	-	-	1%	20.037	1%	38.394	0%	22.334	0%	20.492
Couros e Calçados	0%	-	-	-	-	-	0%	18.833	1%	42.314	1%	46.280
Madeira	3%	75.417	3%	85.935	2%	77.226	3%	136.083	2%	114.309	1%	84.774
Material de Transporte	1%	32.900	1%	32.844	1%	30.913	1%	23.907	0%	27.056	1%	36.384
Material Elétrico e Comunicações	1%	22.990	1%	16.627	1%	25.605	0%	14.771	1%	35.732	1%	37.387
Metalurgia e Mecânica	2%	53.573	4%	119.512	3%	122.078	3%	122.259	3%	192.619	3%	226.978
Mobiliário	1%	39.114	1%	28.311	1%	30.487	1%	56.087	1%	51.250	1%	44.750
Papel e Celulose	1%	40.130	1%	35.118	1%	36.487	1%	50.358	1%	58.268	1%	57.975
Produtos Alimentícios e Bebidas	11%	285.438	13%	405.940	15%	565.718	17%	774.475	20%	1.136.235	20%	1.317.459
Produtos de Minerais não Metálicos	2%	47.395	1%	40.364	1%	39.259	1%	43.737	1%	43.225	1%	43.450
Química	2%	61.488	2%	65.859	1%	30.044	1%	32.950	1%	33.430	1%	39.517
Têxtil e Vestuário	1%	20.321	1%	25.917	0%	14.969	2%	101.949	2%	85.533	1%	96.556
Outras	2%	59.585	1%	44.823	1%	54.041	1%	36.136	0%	15.290	0%	20.943
INFRAESTRUTURA	12%	326.978	20%	645.475	18%	682.910	16%	713.548	14%	810.639	14%	889.610
Construção Civil	1%	30.372	2%	50.193	1%	44.314	1%	61.641	1%	71.128	1%	68.588
Eletricidade, Gás e Água	7%	197.827	11%	343.760	10%	373.290	8%	376.200	8%	436.405	7%	437.429
Transportes e Armazenagem	4%	98.779	8%	251.522	7%	265.306	6%	275.707	5%	303.106	6%	383.593
COMÉRCIO E SERVIÇOS	17%	461.753	19%	597.340	18%	684.302	18%	794.042	20%	1.160.189	22%	1.454.903
Comércio	9%	248.114	13%	404.341	12%	435.844	12%	531.962	15%	852.758	18%	1.167.417
Educação	2%	49.466	2%	59.962	2%	59.250	1%	51.584	1%	49.764	1%	41.862
Outros Comércios e Serviços	4%	119.838	3%	87.059	4%	146.665	4%	160.226	4%	203.285	3%	180.339
Saúde	2%	44.335	1%	45.978	1%	42.543	1%	50.270	1%	54.382	1%	65.285
TOTAL	100%	2.701.468	100%	3.219.074	100%	3.759.046	100%	4.501.285	100%	5.690.743	100%	6.492.499

Fonte: BRDE - Relatórios de Administração adaptados 2003-2010

Dentro do setor da Indústria, o segmento que mais possui representatividade é o de Produtos Alimentícios e de Bebidas, que em 2010 representava 20% do total da carteira de financiamentos do BRDE. Já no setor de Infraestrutura, os segmentos de Eletricidade, Gás e Água e Transporte e Armazenagem possui maior participação com 7% e 6% respectivamente. No setor de Comércio e Serviços é o segmento de Comércio que possui maior representatividade com 18%.

A análise do período aponta que houve um acréscimo significativo do setor industrial Têxtil e Vestuário, com variação em média de 112%. No entanto esse crescimento foi instável, seu maior crescimento foi no ano de 2007 para 2008, onde seu saldo cresceu mais de cinco vezes. Já o setor que teve o pior desempenho entre 2005-2010 foi o setor industrial de Química que teve em média uma retração de 3,6% e o setor de Educação que caiu em média 2,5%.

Dentro do setor de Infraestrutura, o segmento que se destacou durante os anos analisados foi o setor de Transporte e Armazenagem que cresceu em média, nesses seis anos, cerca de 40%. No setor de Comércio e Serviços foi o segmento de Comércio que apresentou maior crescimento médio, com 38% ao longo dos anos estudados.

O Saldo da Carteira de Financiamentos como um todo também cresceu de forma significativa durante o período estudado, seu crescimento total, em termos nominais, foi de 140,3%, seu crescimento anual médio foi de 19,2%. Até mesmo no ano de 2010, que os principais índices de Desempenho operacional do BRDE retraíram o saldo da carteira de financiamentos apresentou crescimento de 14,1%.

4.3.2 Rentabilidade do Patrimônio Líquido médio

O cálculo da Rentabilidade do Patrimônio Líquido é a relação entre o lucro líquido auferido com o montante total do capital próprio, de maneira que quanto maior esse percentual melhor.

Tabela 9: Rentabilidade do Patrimônio Líquido 2003-2010

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Rentabilidade do PL Médio (%)	12,9%	12,6%	12,8%	13,5%	9,4%	10,4%	4,9%	7,9%

Fonte: BRDE - Relatórios de Administração adaptados 2003-2010

Nos anos de 2003 a 2006 a rentabilidade do Patrimônio Líquido esteve entre 12% e 13%, Isso representa que o lucro total auferido representa 12% ou 13% do PL, nesse caso os Estados controladores do banco. Em 2007 esse percentual esteve abaixo dos 10%, subiu um pouco em 2008, atingindo 10,4%, em 2009 caiu novamente, isso se deu principalmente ao aumento nas despesas com provisão para devedores duvidosos que diminuiu em 49,6% o lucro líquido do banco. Já em 2010 essa rentabilidade já começou a se recuperar, conforme Tabela 9.

4.3.3 Taxa de inadimplência

Quanto menor a taxa de inadimplência de um banco melhor. No BRDE a taxa do período não pode ser considerada alta, visto que o banco opera com crédito de longo prazo, assumindo, portanto, maior risco.

Tabela 10: Taxa de Inadimplência da Carteira de Crédito 2003-2010

	dez/03	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10
Taxa de Inadimplência	6,6%	3,4%	5,0%	4,0%	4,0%	3,5%	1,7%	2,3%

Fonte: BRDE - Relatórios de Administração adaptados 2003-2010

No início do período estudado a taxa de inadimplência era de 6,6%, recuou em 2004, apresentou leve crescimento em 2005 e desde então vem caindo, somente em 2010 houve um acréscimo, no entanto as taxas de inadimplência registradas têm sido as menores de toda a história do banco, conforme Tabela 10.

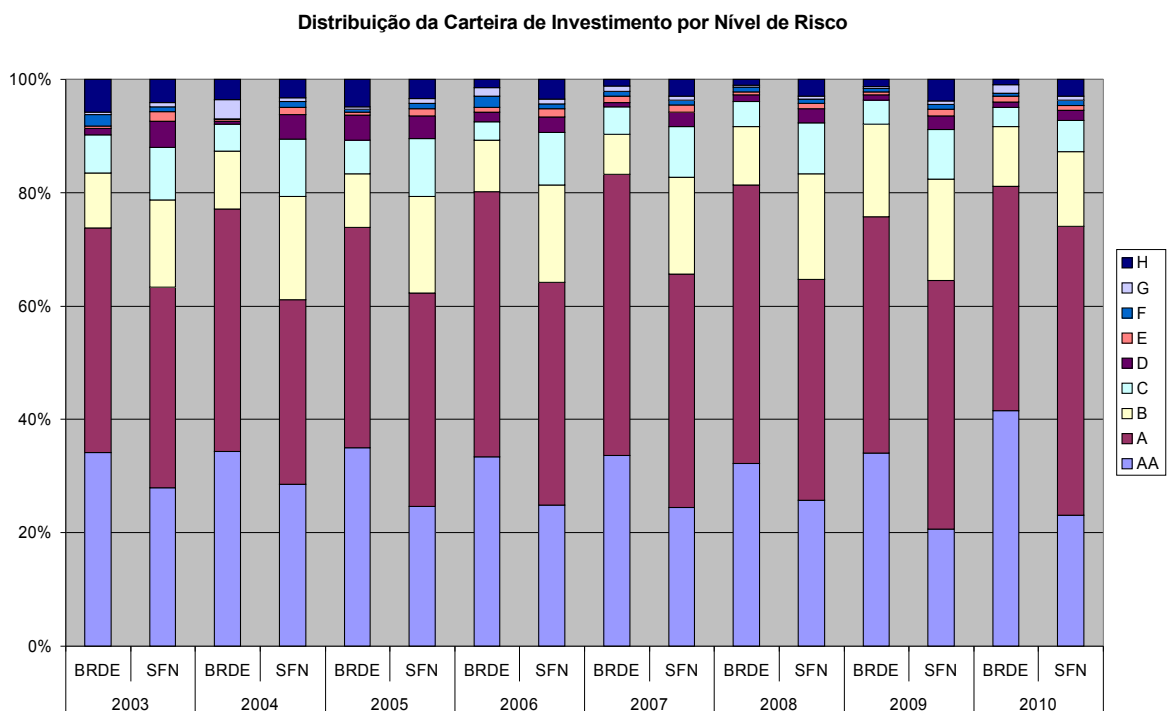
4.3.4 Distribuição da Carteira de Financiamentos por Nível de Risco

Os níveis de risco das operações de crédito são definidos em função de características dos seus devedores e garantidores, entre essas características, são analisadas: a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, qualidade e controle da administração, pontualidade e atraso nos pagamentos, limite de crédito e setor de atividade econômica. No que diz respeito à operação, são analisadas as

seguintes características: natureza e finalidade da transação, características das garantias e valor financiado. (PORTAL DE CONTABILIDADE, 2011).

Quanto maior o percentual de financiamentos classificado como de alto risco, maior deverá ser a sua provisão para devedores duvidosos. Observando o Gráfico 4, percebe-se que a composição da Carteira de financiamentos do BRDE sempre apresentou 80% em financiamentos de nível de risco AA, A e B, apresentando-se com isso mais favorável que a média do Sistema Financeiro Nacional

Gráfico 4: Distribuição da Carteira de Investimento por Nível de Risco 2003-2010



Fonte: BRDE - Relatórios de Administração adaptados 2003-2010

Em 2010 91,7% dos financiamentos do BRDE estavam classificados em nível de risco AA, A e B, enquanto que a média do Sistema Financeiro Nacional era de 87,3% em operações desse nível. Isso significa que o BRDE apresenta melhor classificação do que a média do mercado. Somente 0,9% da sua carteira referia-se a financiamentos de nível H, o pior nível de risco.

4.3.5 Previsões orçamentárias e orçamentos verificados

Todo ano, em seu Relatório de Administração, o BRDE lança metas operacionais para o ano seguinte, entre essas metas estão as de contratações, liberações, ativo total, saldo de operações de crédito e Patrimônio Líquido, metas essas apresentadas nas Tabelas 11 e 12.

Tabela 11: Previsões Orçamentárias e Orçamentos Verificados 2004-2007

	2004			2005			2006			2007		
	Meta	Real		Meta	Real		Meta	Real		Meta	Real	
	(A)	(B)	B/A	(A)	(B)	B/A	(A)	(B)	B/A	(A)	(B)	B/A
Contratações (R\$ Milhões)	510,0	671,1	132%	660,0	938,6	142%	840,0	1.001,0	119%	930,0	1.115,4	120%
Liberações (R\$ Milhões)	481,2	647,2	134%	647,5	735,2	114%	800,0	843,8	105%	902,1	1.010,9	112%
Ativo Total (R\$ Milhões)	2.719,2	2.999,0	110%	3.359,7	3.605,0	107%	4.200,0	4.261,0	101%	4.600,0	5.025,0	109%
Operações de Crédito (R\$ Milhões)	1.928,0	2.112,0	110%	2.508,1	2.505,0	100%	3.100,0	3.038,0	98%	3.400,0	3.607,0	106%
Patrimônio Líquido (Milhões)	533,3	633,0	119%	700,2	719,0	103%	785,2	835,0	106%	-	-	-

Fonte: BRDE - Relatórios de Administração adaptados 2003-2010

Entre os anos de 2004 e 2007 as metas eram mais completas, somente para o ano de 2007 não foi estipulada uma meta com relação ao Patrimônio Líquido. Ao que se pode observar as metas vêm sendo cumpridas até com alguma folga, somente no ano de 2006 a meta de Saldo de Operações de Crédito não foi alcançada, o verificado representou 98% da meta, no entanto esse saldo de operações teve um crescimento de 21% em relação ao saldo de operações de 2005 não ficando muito distante das demais metas.

O crescimento dos orçamentos verificados em relação à meta é considerável, seus picos foram em 2005 na meta de contratações que foi superada em 42% e a meta de liberações de 2004, que foi superada pelas liberações verificadas em 34%, próximo também do total de contratações desse mesmo ano que superou a meta em 32%.

Tabela 12: Previsões Orçamentárias e Orçamentos Verificados 2008-2010

	2008			2009			2010		
	Meta	Real		Meta	Real		Meta	Real	
	(A)	(B)	B/A	(A)	(B)	B/A	(A)	(B)	B/A
Contratações (R\$ Milhões)	1.050,0	1.582,0	151%	1.120,0	1.852,3	165%	1.000,0	1.830,3	183%
Liberações (R\$ Milhões)	1.000,0	1.346,0	135%	1.200,0	2.242,0	187%	-	-	-
Ativo Total (R\$ Milhões)	5.500,0	5.951,0	108%	5.400,0	7.321,0	136%	7.923,1	7.885,0	100%
Operações de Crédito (R\$ Milhões)	4.100,0	4.360,0	106%	4.900,0	5.511,0	112%	-	-	-
Patrimônio Líquido (Milhões)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: BRDE - Relatórios de Administração adaptados 2003-2010

Entre 2008 e 2010 não há um ano sequer em que a meta não tenha sido atingida, somente em 2010 o ativo total ficou na marca da meta. No restante as metas foram ultrapassadas com folga. O maior crescimento verificado foi em 2009 no valor total de liberações, que ultrapassou a meta em 87%, devido à atuação do banco na crise de 2008. Em 2010 o total de contratações teve um desempenho parecido, superando a meta em 83%. Mas no ano de 2010 foram estipuladas somente duas metas, ficando difícil de analisar o impacto dessa superação das metas para o desempenho do banco.

4.4 Destaques institucionais e organizacionais

Em 2005 foi criado um Comitê de Gestão, com a função de prestar assessoria técnica à Diretoria em assuntos relacionados à gestão do Banco. Foi nesse ano também que foi implantado o Sistema de Planejamento Institucional que integra as ações para o planejamento interno. Ainda nesse ano foi instituído o Plano Estratégico de Gestão, criado para o estabelecimento de diretrizes e metas quantitativas, pelo meio das quais se buscaria alcançar os objetivos traçados pela Alta Administração do Banco.

Foram introduzidas nesse mesmo ano melhorias na sistemática da análise de crédito, além da implantação do Sistema de Consulta de Informação de Clientes e Operações – CICLO, que contem dados históricos das relações do BRDE com os seus clientes. Outro avanço importante que o BRDE alcançou em 2005 foi a modernização dos sistemas de processamento de dados e de comunicação do banco, possibilitando a redução de custos e uma melhor qualidade desses serviços.

Em 2006, foi iniciada a implantação do projeto ModernizaBRDE, que tem como meta a migração dos sistemas operacionais do Banco para uma plataforma mais moderna e integrada. Esse projeto contém quatro etapas:

“a) mapeamento da situação atual dos processos de trabalho; b) proposição da situação futura dos processos; c) definição dos recursos de tecnologia de informação (TI) necessários para suportar de maneira eficaz, eficiente e segura a realização dos processos de trabalho; e d) execução do projeto de TI, dando prioridade aos processos de negócios.” (BRDE, 2006, p. 19).

Das etapas descritas acima, a primeira já foi parcialmente encerrada em 2006, deve ser concluída junto com as demais etapas previstas para o período de 2008-2009.

Em 2007, o BRDE promoveu uma atualização de softwares e equipamentos, dentre essas atualizações está a integração do Relatório de Análise de Crédito, aplicativo utilizado na avaliação das solicitações de crédito. No que diz respeito ao gerenciamento de risco operacional “o BRDE implantou uma estrutura de gerenciamento capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar seus riscos operacionais, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados.” (BRDE, 2007, p. 23).

Com as enchentes de 2008, o BRDE buscando agir de forma mais efetiva na recuperação econômica de Santa Catarina, propôs ao BNDES várias medidas, entre elas estão a criação de uma linha de crédito especial voltada para os empresários e agricultores das áreas atingidas.

Com relação à política de atualização de softwares e equipamentos do BRDE, em 2008 foi efetuada a renovação do parque de microcomputadores, foram adquiridas 230 novas máquinas, foi efetuada também a reestruturação da plataforma de servidores, além do início dos testes da primeira versão do Sistema Automatizado de Contratos.

Em 2009 o BRDE promoveu vários treinamentos para a qualificação de seus recursos humanos, participaram cerca de 80% dos colaboradores, para isso o Banco realizou um investimento de R\$212,3 mil. Um dos destaques foi o Programa de Desenvolvimento Gerencial, Desenvolvendo Competências Interpessoais, que tinha como objetivo conscientizar e sensibilizar os gestores do impacto de suas ações no desempenho do Banco.

No segundo semestre de 2010 o BRDE concluiu a primeira fase do projeto ModernizaBRDE, foi possível identificar com o projeto todas as necessidades de melhorias nas atividades operacionais e de suporte, além de mapear os riscos operacionais existentes no Banco. Com a finalização dessa fase, foi aprovado um projeto para dar início a segunda fase de implantação do projeto.

Foi criado em 2010 o Comitê de Investimentos da Instituição e seu regulamento, foi aprovado também um Plano de Investimentos do Banco para 2010 e 2011. Esse Comitê é composto pelas áreas financeiras, que foram responsáveis pela coordenação; de planejamento, que prepararam os estudos; de crédito e jurídica.

Outro grande passo dado em 2010 foi a conclusão da primeira fase do Planejamento Estratégico para o período 2011 a 2015, nele estão o mapa estratégico e os indicadores de metas e responsabilidades.

4.5 Responsabilidade social

O BRDE ao seguir sua missão, gerou renda e criou empregos, isso porque financia projetos socialmente responsáveis. O Banco procura sempre unir desempenho operacional com responsabilidade social. O BRDE é uma instituição altamente qualificada que apoia e executa políticas públicas, promovendo, com isso, o desenvolvimento econômico e social da sua região de atuação.

Na concessão de crédito o BRDE analisa o aspecto econômico, social e ambiental do projeto em questão, a instituição financia empreendedores de todos os portes, principalmente micro, pequenas empresas e produtores rurais, amplia a oferta de crédito marcando-se cada vez mais forte na economia, criando condições de bem-estar para milhares de pessoas. No interior da instituição, com o apoio dos colaboradores, há incentivo para práticas socialmente responsáveis. Além disso o banco valoriza a cultura, possui dois centros culturais, um em Florianópolis e outro em Curitiba.

O BRDE também incentiva projetos culturais, sociais e esportivos. Em 2010, com o amparo da Lei Rouanet (Lei Federal de Incentivo a Cultura), o BRDE destinou R\$824,2 mil para projetos culturais, através do Fundo da Criança e do Adolescente, destinou R\$220,8 mil para projetos sociais, e por fim com o amparo da Lei de Incentivo ao Esporte, investiu R\$220,8 mil para os projetos beneficiados por ela. (BRDE, 2010d).

4.6 Expectativas para 2011

Para 2011, o BRDE espera continuar obtendo resultados positivos, tanto no que diz respeito ao seu desempenho operacional quanto ao seu desempenho econômico-financeiro. O Banco construiu um bom relacionamento com o empresariado da Região Sul nesses 50 anos de existência, além de possuir uma ampla e diversificada carteira de financiamentos, o que permite que o Banco possa continuar a promover o desenvolvimento socioeconômico da Região Sul.

O orçamento do BRDE para 2011, conforme Tabela 13, prevê que as contratações ultrapassarão R\$1,7 bilhão. Esse montante é estabelecido levando em consideração as condições gerais da economia, tanto na região sul como no mundo como um todo, essas

condições foram levantadas em um cenário projetado pela Superintendência de Planejamento associadas ao exame das carteiras de solicitação de crédito de cada agência.

Tabela 13: Metas de Contratação para 2011

Discriminação	Valor (R\$ Mil)	Part. (%)
I. Distribuição Setorial		
1. Agricultura	455.100	26%
2. Indústria	599.100	35%
3. Infraestrutura	360.900	21%
4. Comércio e Serviços	304.900	18%
TOTAL	1.720.000	100%
II. Distribuição por Origem dos Recursos		
1. Recursos Próprios	-	0%
2. Sistema BNDES	1.491.400	87%
3. Outros	141.600	8%
4. Prestação de Garantias	87.000	5%
TOTAL	1.720.000	100%

Fonte: BRDE - Relatórios de Administração adaptados 2003-2010

Na previsão das contratações para 2011, observa-se que a indústria deve manter-se na primeira colocação dentre os demais setores, em segundo lugar vem a agricultura, que deverá ser responsável por 26% do total de contratações em 2011. E na sequência vem o setor e infraestrutura e logo atrás e setor de comércio e serviços.

Na obtenção de recursos, a origem principal deve continuar sendo o Sistema BNDES com cerca de 87% do total contratado, e o BRDE não disponibilizará recursos próprios nesse ano que segue.

O orçamento prevê que seus Ativos Totais cresçam cerca de 11,5%, chegando a cifra de R\$8.791,5 milhões. O Lucro Líquido do Exercício deve chegar a R\$95,8 milhões, levando a uma rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio de 8,1%.

4.7 Síntese conclusiva

O BRDE é uma instituição pública de fomento, criada em 1961 e controlada pelos seus Estados-membros: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É organizado como autarquia interestadual. Possui três agências, nas capitais de seus Estados-membros, um escritório de representação no Rio de Janeiro e um espaço de divulgação em Campo Grande.

Sua administração tem início no CODESUL, que é o controlador do Banco. Tem também um Conselho de Administração, que é o órgão de deliberação superior e uma Diretoria colegiada.

Analisou-se o desempenho operacional do banco, através de suas liberações, contratações e aprovações. O desempenho operacional do BRDE entre 2003 e 2010 mostrou-se satisfatório, apresentando nesses três quesitos crescimento anual médio em torno de 20%. Além dos dados gerais, observou-se que dentre os três Estados-membros, o Paraná é o que possui maior participação nas contratações do Banco entre 2008 e 2010. Já no que diz respeito ao porte dos mutuários dessas contratações, conclui-se que cerca de 90% desses são produtores rurais. E ao analisar a origem dos recursos, percebe-se que cerca de 97% dos recursos das contratações do BRDE é oriundo do Sistema BNDES.

O Banco também se preocupa com o impacto de suas ações, desse modo, apresenta em seus Relatórios Anuais quais foram as repercussões socioeconômicas de sua atividade operacional, avaliando o quanto de investimento foi gerado com sua atividade, além de quanto de ICMS adicional foi gerado aos Estados e a quantidade de empregos foi mantida ou gerada.

Ainda analisando a sua atividade operacional, verificou-se que o BRDE possui posição de destaque no Ranking do Sistema BNDES, estando em 2010 em 11º no total de repasses efetuados pelo BNDES, participando anualmente em média de 3% desses repasses.

Além do desempenho operacional, foi analisado o desempenho econômico-financeiro do mesmo. Através de dados referentes à distribuição da carteira de financiamentos por setor de atividade, à rentabilidade do patrimônio líquido, à taxa de inadimplência e à distribuição de sua carteira de financiamentos por nível de risco.

A Carteira de Financiamentos do BRDE está dividida em Agropecuária, Indústria, Infraestrutura e Comércio e Serviços. Dentre esses setores, o de maior destaque em 2010 foi a Indústria, apresentando uma participação de 33% no total do saldo de financiamentos. Dentro deste o setor de maior participação é o de fabricação de alimentos e bebidas.

As taxas de Rentabilidade do Patrimônio Líquido do Banco tem se apresentado satisfatórias, visto que nesse período só se obteve resultados positivos. E quanto à Taxa de Inadimplência ela tem atingido nos últimos anos os menores índices desde a criação do Banco. Observou-se também o nível de risco da carteira de financiamentos do BRDE, que apresenta risco menor que a média do SFN.

Por fim, foram analisados os destaques institucionais e organizacionais, a responsabilidade social do banco e suas metas orçamentárias para o ano de 2011, observa-se

que o Banco pretende continuar alcançando resultados positivos no que diz respeito ao seu desempenho operacional e financeiro.

5 PERSPECTIVAS DO BRDE PARA OS ANOS 2011-2015

Depois de analisada a atuação do BRDE até 2010, delimita-se quais são suas perspectivas de longo prazo. Nesse capítulo são analisadas as Diretrizes e Ações Estratégicas estabelecidas no Plano Estratégico de Gestão elaborado de 2008, cobrindo os anos de 2009 a 2012. São também estudados os indicadores estratégicos do Banco do período 2011-2015, além do mapa estratégico de atuação do Banco nesse mesmo período.

5.1 Cenário institucional

A função final de um Banco de Desenvolvimento é a ampliação da base produtiva, do emprego, da renda e dos tributos, isso só é alcançado através de planejamento e só depois de planejado o banco viabiliza investimentos e assim o ciclo é finalizado.

Desde 2005 o BRDE passou a adotar um processo de gestão corporativa, seus principais objetivos eram a correção de conflitos institucionais, além de aperfeiçoar seus métodos administrativo-gerenciais e seus processos operacionais. Para alcançar os objetivos propostos foi implementado o Plano Estratégico de Gestão (PEG), “de forma a institucionalizar, sobretudo, um sistema de debates continuados, reunindo o corpo diretivo e o colegiado gerencial, sobre os diferentes papéis do banco, ante seus compromissos sociais, seus clientes, seus controladores, seus colaboradores, seus parceiros” (BRDE, 2008a, p.5).

O Plano Estratégico de Gestão avalia a situação presente e propõe uma posição desejável para o futuro, sua amplitude é de quatro anos, nele são definidas diretrizes, ações estratégicas e metas que devem ser definidas de acordo com os objetivos traçados. São realizadas avaliações trimestrais, onde são confrontadas as ações e metas com os resultados obtidos, há também uma revisão anual, onde novas diretrizes, ações e metas podem ser incorporadas.

Em 2008, o Banco realizou um seminário envolvendo a Diretoria e todo o corpo funcional, denominado “O BRDE QUE NÓS QUEREMOS”. Os objetivos do seminário estão resumidos abaixo:

Oportunizar um amplo debate sobre a situação e as perspectivas do Banco, como forma de ampliar a identificação filosófica dos funcionários para com a Instituição; oportunizar o envolvimento dos funcionários originários dos últimos concursos que exercem funções gerenciais nas discussões e decisões estratégicas

para o Banco; e, ainda, oportunizar discussões entre a Diretoria e o corpo gerencial, com vistas a estabelecer estratégias de ação. (BRDE, 2008a, p.8).

Foi a partir dessa discussão que o Comitê de Gestão do BRDE sistematizou as propostas levadas pelos participantes, essas propostas foram agrupadas em três conjuntos: Ações Estratégicas – propostas de caráter estratégico para o Banco; Objetivos Permanentes – propostas que abrangem temas de caráter permanente na gestão do Banco; e Recomendações – propostas com formato de sugestão gerencial que foram então encaminhadas às áreas competentes.

5.2 Diretrizes e ações estratégicas do PEG 2009-2012

Além das Diretrizes e Ações Estratégicas remanescentes do PEG 2005-2008, outras foram incorporadas, essas oriundas do Seminário Estratégico “O BRDE QUE NÓS QUEREMOS.”

5.2.1 Diretriz I – Melhorar a Eficiência do BRDE

No Quadro 3 são apresentadas as ações estratégicas da Diretriz I do PEG 2009-2012: Melhorar a eficiência do BRDE. As ações são: Projeto Moderniza, dando sequência a esse projeto que busca uma melhor organização dos processos de trabalho no Banco; Implantação de Sistema Integrado de RH, que visa melhorar a gestão dos recursos humanos; Revisar o Quadro de Lotação de Pessoal, para reavaliar a lotação de pessoal; e Implantar o Sistema para Elaboração Automática de Contratos, que visa a padronização dos contratos do Banco.

Quadro 3: Diretriz I - Ações Estratégicas

AÇÃO ESTRATÉGICA	Descrição	Objetivos
Projeto Moderniza	Pretende dar seguimento ao Projeto ModernizaBRDE, que busca a documentação e o controle, além da otimização e integração dos processos de trabalho, os focos desse projeto são, principalmente, a área operacional bem como a promoção do alinhamento das Arquiteturas de Sistemas e de Tecnologia da informação para sua operação.	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a eficiência operacional do banco (mapeamento e redesenho dos processos de trabalho) - Otimizar o uso de materiais e recursos humanos - Aumentar a segurança e eficiência dos procedimentos - Adequar a estrutura organizacional e o quadro funcional às necessidades verificadas como os novos processos de trabalho - Reduzir custos
Implantação de Sistema Integrado de RH	Obter uma ferramenta administrativa de gestão dos recursos humanos, através de um sistema informatizado integrado de RH	<ul style="list-style-type: none"> - Dar uma visão sistêmica dos recursos humanos do Banco - Emitir relatórios gerenciais - Melhorar a eficiência na prestação de serviços do Departamento de RH - Modernizar o sistema de administração de pessoal - Disponibilizar amplo cadastro dos recursos humanos do BRDE
Revisar o Quadro de Lotação de Pessoal	Reavaliação da lotação de pessoal, além do estabelecimento de critérios para a alocação de vagas	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a distribuição de recursos humanos - Aumentar a produtividade - Reduzir custos
Implantar Sistema para Elaboração Automática de Contratos	Adquirir um sistema informatizado para elaboração dos contratos de financiamento, utilizado, para isso, o banco de dados existente e os Relatórios de Análise	<ul style="list-style-type: none"> - Padronizar os contratos gerados pelo Banco - Agilizar o processo de crédito - Maior segurança e maior conformidade das operações

Fonte: Plano Estratégico de Gestão 2009-2012 (BRDE)

5.2.2 Diretriz II – Desenvolver Novas Oportunidades de Negócios

No Quadro 4 são apresentadas as ações estratégicas da Diretriz II do PEG 2009-2012: Desenvolver Novas Oportunidades de Negócios. As ações são: Credenciar o BRDE como Repassador de Recursos do FAT, para ampliar as opções de atuação do Banco; e Avaliar a Viabilidade de Atuar com Seguros, para segurar os bens tomados como garantia.

Quadro 4: Diretriz II - Ações Estratégicas

AÇÃO ESTRATÉGICA	Descrição	Objetivos
Credenciar o BRDE como repassador de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	Realizar estudos e atuar de maneira a credenciar o BRDE para atuar como repassador de recursos do FAT	- Ampliar as alternativas de atuação do banco
Avaliar a viabilidade de atuar com seguros	Avaliar a viabilidade do BRDE atuar com seguros, isso devido à necessidade de seguro dos bens tomados em garantia nas operações de crédito	- Ampliar os serviços fornecidos aos clientes, além de aumentar a receita - Aumentar o nível de segurança no controle dos seguros dos bens tomados em garantia

Fonte: Plano Estratégico de Gestão 2009-2012 (BRDE)

5.2.3 Diretriz III – Ampliar o Grau de Satisfação dos Clientes

No Quadro 5 são apresentadas as ações estratégicas da Diretriz III do PEG 2009-2012: Ampliar o Grau de Satisfação dos Clientes. As ações são: Implantar os Serviços de Ouvidoria e Atendimento ao Cliente, que visa a criação de um SAC; e Implementar o Plano de Marketing, para um fortalecimento da relação com a classe empresarial.

Quadro 5: Diretriz III - Ações Estratégicas

AÇÃO ESTRATÉGICA	Descrição	Objetivos
Implantar os Serviços de Ouvidoria e Atendimento ao Cliente	Implantar a Ouvidoria como forma de apurar a satisfação dos clientes, além da criação de um Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC)	- Apurar a satisfação dos clientes através de dados qualitativos e quantitativos - Verificar quais são os processos mais necessitados de melhorias - Sugerir melhorias para essas deficiências apuradas - Orientar políticas de marketing e negócios
Implementar o Plano de Marketing	Implementação do Plano de Marketing visando fortalecer a interação com a classe empresarial	- Maior divulgação do Banco - Ampliar o relacionamento com clientes e classe empresarial - Tornar o Banco mais acessível pelo <i>internet</i>

Fonte: Plano Estratégico de Gestão 2009-2012 (BRDE)

5.2.4 Diretriz IV – Ampliar a Recuperação de Créditos Provisionados

No Quadro 6 são apresentadas as ações estratégicas da Diretriz IV do PEG 2009-2012: Ampliar a Recuperação de Créditos Provisionados. As ações são: Consolidação da Política de

Recuperação de Crédito, que busca a manutenção de um baixo nível de inadimplência; e Implementar o Programa para Recuperação / Reativação de Empresas, para ampliar as possibilidades de recuperação de créditos.

Quadro 6: Diretriz IV - Ações Estratégicas

AÇÃO ESTRATÉGICA	Descrição	Objetivos
Consolidação da Política de Recuperação de Créditos	Fortalecer o conceito de recuperação de crédito, buscando uniformidade entre os procedimentos adotados em todas as unidades do BRDE	<ul style="list-style-type: none"> - Manter o nível de inadimplência em patamar inferior ou igual à moda dos últimos três anos - Atingir a meta de recuperação de créditos baixados em prejuízo
Implementar Programa para Recuperação / Reativação de Empresas	Aproveitar as possibilidades da Lei de Recuperação de Empresas e Falências para a recuperação ou reativação de empresas devedoras do BRDE, definindo políticas operacionais, inclusive de incentivo à formação de cooperativas de produção	<ul style="list-style-type: none"> - Evitar o sucateamento de ativos e o desemprego - Ampliar as possibilidades de recuperação de créditos, gerando, com isso, emprego e renda

Fonte: Plano Estratégico de Gestão 2009-2012 (BRDE)

5.2.5 Diretriz V – Ampliar Ações Típicas de Planejamento

No Quadro 7 são apresentadas as ações estratégicas da Diretriz V do PEG 2009-2012: Ampliar as Ações Típicas de Planejamento. Essa diretriz possui somente uma ação: Reativar a Função de Planejamento do Desenvolvimento, para ampliar a capacidade de planejamento das Agências, otimizando o processo de fomento econômico.

Quadro 7: Diretriz V - Ações Estratégicas

AÇÃO ESTRATÉGICA	Descrição	Objetivos
Reativar a função de planejamento do desenvolvimento	Avaliar as funções desempenhadas pelas Gerências de Planejamento das Agências e suas interações com a Superintendência de Planejamento, visando ampliar as tarefas de planejamento do Banco	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar a capacidade de planejamento nas Agências, tornando mais efetivo o processo de fomento econômico - Ampliar a atuação do Banco com as políticas e programas dos governos estaduais - Padronizar a atuação das Gerências de Planejamento

Fonte: Plano Estratégico de Gestão 2009-2012 (BRDE)

5.3 Objetivos permanentes do BRDE

Os Objetivos Permanentes são necessidades importantes do Banco que se caracterizam por serem continuadas no tempo, além de abrangerem ações de responsabilidade coletiva, prioridades que envolvem toda a instituição. São três os Objetivos Permanentes propostos no Seminário Estratégico efetuado em 2008: Ampliar o Saldo das Operações de Crédito; Buscar Novas Fontes de Recursos; e Ampliar a Atuação na Prestação de Serviços.

No que se refere ao Saldo de Operação de Crédito, o BACEN determina que o grau de alavancagem do BRDE deve se situar entre sete vezes o Patrimônio Líquido do mesmo, em 2008 o Saldo de Operações do Banco era de R\$ 4,3 bilhões, sendo que seu Patrimônio Líquido chegava próximo de R\$ 1 bilhão. Sendo assim, o BRDE poderia aumentar seu Saldo de Operações em até R\$ 2,7 bilhões.

O BRDE já operou com diversas linhas de recursos, no entanto, o predomínio sempre foi de recursos de programas governamentais, isso devido à disponibilidade desses recursos e de sua competitividade. Os Controladores do Banco não possuem recursos que possam ser repassados ao BRDE para a promoção de desenvolvimento, fazendo com que o Banco atue, principalmente, como repassador de recursos federais, o BRDE está condicionado, dessa forma, a repassador de segundo nível do BNDES. Sabe-se que para buscar novos recursos o Banco precisa “buscar alterar a legislação, como forma de ser reconhecido como agente de fomento público para a Região Sul, e/ou credenciar-se junto a outras instituições financeiras federais para figurar como repassador, além do BNDES” (BRDE, 2008a, p. 37).

Para ampliar a atuação na prestação de serviços o BRDE poderia buscar novas alternativas de receita, atuando na busca de inovações, poderia atuar diretamente ou formar parceria com outras instituições. Uma outra alternativa seria a atuação no mercado de capitais, promovendo, com isso, intermediações financeiras através de fundos de investimento.

5.4 Metas do PEG 2009-2012

As metas são objetivos quantificados estabelecidos pela administração para um determinado período, visando concretizar uma posição desejável para o futuro, são então, compromissos gerenciais para com os resultados programados.

O BRDE estabeleceu uma Meta Global, que devia ser perseguida por toda a Instituição, e um conjunto de Metas Específicas, “que guardam referência ao comportamento de um grupo de indicadores passíveis de intervenção gerencial, envolvendo diferentes áreas do Banco” (BRDE, 2008a, p. 42).

A Meta Global do Banco refere-se ao Índice de Eficiência Operacional (IEO), indicador esse que mede a capacidade do banco cobrir suas Despesas Administrativas somente com os resultados operacionais, sem considerar o resultado das aplicações financeiras. Já as Metas Específicas englobam as seguintes variáveis: Aplicações; Baixas para Compensado; Recuperação de Créditos; Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa; Inadimplência; e Despesas Administrativas.

Tabela 14: Metas Específicas para 2011-2012

METAS	2011	2012
Aplicações (R\$ mil)	1.304.413	1.437.985
Baixas Para o Compensado (%)	16,6	6,65
Recuperação de Créditos (%)	2,59	2,64
Inadimplência (%)	0,14	0,1
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (%)	2,96	2,64
Despesas Administrativas (R\$ mil)	143.829	150.301

Fonte: Plano Estratégico de Gestão 2009-2012 adaptado (BRDE)

A Tabela 14 mostra as metas específicas do BRDE para 2011-2012. A meta de aplicações estipula um crescimento real de 6% ao ano, calculado sobre a variação esperada do IPCA no período. As Baixas para o Compensado refletem o percentual da PCLD do Balanço Patrimonial do período anterior que representará perda efetiva para o Banco no ano corrente, ou seja, o percentual que será baixado como prejuízo, as metas estipulam uma queda acentuada para esse índice. A terceira meta estabelece o valor da recuperação anual de créditos do Banco como um percentual do estoque de créditos baixados em prejuízo, apresentando leve subidas nas metas estabelecidas para 2011 e 2012. A meta de Inadimplência estipula o percentual-limite do saldo de financiamentos representado pelo saldo vencido, para 2011 e 2012 são estipuladas metas de inadimplência bastante baixas. Já a meta de PCLD estabelece o percentual-limite do saldo de financiamentos que deve constituir essa provisão ao final de cada exercício, tem-se também uma leve diminuição nesse índice. A meta das Despesas Administrativas estabelece que as despesas devem crescer somente o montante

que o IPCA cresce, esses valor estipulados seguem como base um crescimento de 4,5% no IPCA, logo um crescimento anual de 4,5% nas Despesas Administrativas.

Tabela 15: Meta Global 2011-2012

METAS	2011	2012
Índice de Eficiência Operacional – IEO (%)	103	112

Fonte: Plano Estratégico de Gestão 2009-2012 adaptado (BRDE)

A Tabela 15 mostra as metas globais para o Índice de Eficiência Operacional, esse índice avalia a capacidade da Instituição em bancar suas despesas de custeio apenas com as receitas provenientes de sua atividade operacional, no ano de 2011, espera-se que o BRDE alcance um resultado operacional seja superior às despesas administrativas em 3%, já em 2012 esse percentual sobe para 12%.

5.5 Mapa e indicadores estratégicos do BRDE para 2011-2015

O Mapa Estratégico do BRDE para 2011-2015 abrange cinco pontos: Desenvolvimento Regional; Autossustentabilidade; Clientes e Parceiros; Processos Internos; e Aprendizado e Crescimento.

Segundo o BRDE (2010c), no que diz respeito ao Desenvolvimento Regional o Banco pretende contribuir para a redução dos desequilíbrios regionais, além de fomentar a geração de emprego e renda e estimular o aumento da competitividade da economia. No campo da Autossustentabilidade o banco deve garantir a sua sustentabilidade financeira e fortalecer a estrutura patrimonial e operacional. Com os clientes e parceiros o Banco deverá conquistar e manter os clientes, buscando também ser referência em crédito de longo prazo, fortalecer e ampliar as parcerias institucionais e financeiras e por fim, estruturar soluções para viabilizar investimentos. No que concerne aos procedimentos internos o Banco pretende aperfeiçoar o tempo e a qualidade dos serviços prestados, modernizar os processos de trabalho com a finalidade de uniformização e produtividade, e, por fim, assegurar uma comunicação institucional efetiva, unificada e centralizada. Por fim, no que se refere ao aprendizado e crescimento as metas estão divididas entre capital humano – valorizar a competência técnica e gerencial, além de proporcionar a capacitação e o desenvolvimento dessas pessoas; capital

organizacional – estimular o comprometimento com a cultura dos resultados; e capital de informação – garantir a adequada infraestrutura física e tecnológica.

5.5.1 Planejamento Estratégico do BRDE 2011-2015

Ao final de 2010, foram estipulados pelo BRDE, alguns objetivos e indicadores estratégicos a serem perseguidos entre os anos de 2011 e 2015, no Quadro 8 são listados esses objetivos.

Quadro 8: Objetivos e Indicadores Estratégicos para 2011-2015

Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico
Contribuir para a redução dos desequilíbrios regionais	Liberações per capita para municípios deprimidos / liberações per capita para municípios não deprimidos
Fomentar a geração de emprego e renda	Liberações para micro e pequena empresa e produtor rural
Estimular o aumento da competitividade da economia	Liberações do BRDE / PIB da Região Sul
Garantir a sustentabilidade financeira	Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido
Fortalecer a estrutura patrimonial	Capitalizações de sócios e/ou terceiros (em valor)
Conquistar e manter clientes	Número de clientes ativos (op. Diretas)
Ser referência em crédito de longo prazo	% de potenciais tomadores de crédito que reconheçam o BRDE como 1ª referência (pesquisa)
Ampliar as parcerias institucionais e financeiras	Volume de recursos captados de outras fontes (exceto BNDES) / Volume total de recursos
Garantir a adequada infraestrutura física e tecnológica	% de cumprimento dos prazos do cronograma do Plano Executivo de Implantação do Moderniza

Fonte: Planejamento Estratégico do BRDE 2011-2015 adaptado (BRDE)

Dentre as perspectivas do BRDE para os próximos quatro anos estão previstos objetivos que vão além da maior obtenção de receita, o BRDE está preocupado com o crescimento sustentável da Instituição, para isso está empenhado em contribuir para uma menor desigualdade regional dentro da sua região de atuação, além de conquistar mais clientes e fidelizar os já existentes, garantir a infraestrutura física e tecnológica para sua operação.

5.6 Síntese conclusiva

Desde 2005 o BRDE adotou um processo de gestão corporativa, seus principais objetivos eram a correção de conflitos institucionais, além de aperfeiçoar seus métodos administrativo-gerenciais e seus processos operacionais. Para isso o Banco implementou o Plano Estratégico de Gestão. O PEG avalia a situação presente e propõe uma posição desejável para o futuro além de metas qualitativas e quantitativas para um período de quatro anos.

Em 2008 o BRDE concretizou o PEG 2009-2012, a partir de um seminário estratégico efetuado nesse mesmo ano, “O BRDE QUE NÓS QUEREMOS”, nele estavam os colaboradores do Banco e foram definidas as diretrizes, ações estratégicas, objetivos permanentes e metas para esse o período do Plano.

As diretrizes definidas foram: melhorar a eficiência do BRDE, desenvolver novas oportunidades de negócios, ampliar o grau de satisfação dos clientes, ampliar a recuperação de créditos provisionados e ampliar ações típicas de planejamento. Dentro de cada diretriz, foram especificadas ações estratégicas que deveriam ser implementadas.

Determinou-se, também, os objetivos permanentes do Banco, que são necessidades importantes que se caracterizam por serem continuadas no tempo. Foram três esses objetivos definidos: Ampliar o Saldo das Operações de Crédito; Buscar Novas Fontes de Recursos; e Ampliar a Atuação na Prestação de Serviços.

As metas estabelecidas foram divididas em dois tipos, as metas específicas e a meta global. As metas específicas estavam divididas entre: valor de aplicações, percentual de baixas para o compensado, percentual de recuperação de créditos, percentual de inadimplência, percentual de provisão para créditos de liquidação duvidosa e valor de despesas administrativas. Já a meta global envolve o Índice de Eficiência Operacional, índice esse que avalia a capacidade da Instituição em bancar suas despesas de custeio apenas com as receitas provenientes de sua atividade operacional

Por fim, são avaliados o mapa e os indicadores estratégicos da Instituição no período 2011-2015. O Mapa Estratégico do BRDE abrange cinco pontos: Desenvolvimento Regional; Autossustentabilidade; Clientes e Parceiros; Processos Internos; e Aprendizado e Crescimento. Já os indicadores estratégicos envolvem a contribuição para a redução dos desequilíbrios regionais, o fomento do emprego e renda da região, o estímulo ao aumento da competitividade da economia, a garantia de sustentabilidade financeira do banco, o

fortalecimento da estrutura patrimonial, a conquista e manutenção de clientes, tornar-se referência no crédito de longo prazo, a ampliação das parcerias e a garantia da infraestrutura física e tecnológica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou analisar as ações, o desempenho e as perspectivas do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, fazendo, para isso, um estudo da história do banco até os anos 1900, em seguida analisou-se o desempenho do Banco nos anos 2000 e por fim investigou suas perspectivas para o período 2011-2015.

Para entender como funciona um banco de desenvolvimento, foram estudados conceitos como moeda e crédito. A moeda para constituir-se como tal, precisa atender duas funções básicas, medir os valores e fazer circular as mercadorias, utilizou-se de autores como Schumpeter, Marx e Keynes. O crédito atua como meio de antecipar a produção, não sendo necessário poupar para só em seguida produzir, o crédito se utiliza de poupança de outros agentes e até mesmo do dinheiro criado pelos bancos.

Após analisados esses dois conceitos, observa-se que a sociedade depende não só do crédito e da moeda para expandir suas forças produtivas, mas do Estado, as ações do mesmo produzem condições para a expansão do lucro e o desenvolvimento das forças produtivas. É em meio a esse ideal que surgem as Instituições Financeiras de Desenvolvimento, evidenciando a função do Estado de coordenação e decisão nas atividades vinculadas à produção, visando uma melhor alocação da poupança existente em investimento a fim de um maior progresso da ordem capitalista.

Devido à grande disparidade regional existente no país, foram criadas instituições que promovessem uma maior igualdade, os bancos de desenvolvimento, que têm como função a promoção do desenvolvimento econômico e social da área em que atua, concedendo crédito de médio e longo prazo. As operações desses bancos caracterizam-se por aplicações de recursos financeiros, ou prestação de garantias de crédito, utilizando para isso recursos próprios e/ou de terceiros.

Em 15 de junho de 1961, o BRDE é criado, sua função seria equiparar a Região sul à Região Sudeste do país em nível de desenvolvimento, fazendo com que essa região não se tornasse o “novo nordeste”, como seus governantes declaravam.

Na década de 1960 o BRDE foi sendo estruturado, começou a operar com recursos do BNDES. Já a década de 1970 é um período de expansão e consolidação do Banco, e nesse período o Banco começa a ter dificuldades na captação de recursos. Os estados que deveriam suprir a demanda de recursos do banco acabaram se utilizando dele como fonte de capital. Em 1975 é aprovada uma reestruturação do BRDE que deveria reorientar suas operações. A década de 1980 é marcada pelo endividamento e liquidação do Banco. A dívida do setor

público com o banco era tamanha que o BRDE deixou de emprestar para o mesmo entre 1987-1988 e em 17 de novembro de 1988 o Banco Central decreta a liquidação extrajudicial do BRDE. Por fim, a década de 1990 é marcada pelo reinício das atividades do BRDE, que passou por um processo de saneamento que durou três anos, nesse período foram tomadas medidas de renegociação com o setor público. Entre 1997-98 o BRDE passa por nova ameaça de dissolução e em 1999 é criado um Plano para o Fortalecimento Financeiro do BRDE.

Após analisada a história do Banco, partiu-se para a análise do seu desempenho operacional e econômico-financeiro. No que se refere ao seu desempenho operacional foram investigadas suas aprovações, liberações e contratações. Observou-se que o BRDE vem crescendo nos anos 2000, houve um decréscimo no fim do período devido à crise norte-americana, mas nada que pudesse comprometer a solidez do Banco. Além dos números operacionais foram verificadas as repercussões socioeconômicas das atividades operacionais do banco, como a criação de empregos, a geração de ICMS para os Estados-membros, além dos investimentos viabilizados através dos créditos concedidos. Ainda no que concerne à atividade operacional, analisou-se a posição do BRDE no ranking do Sistema BNDES, que vem ganhando destaque no período estudado.

Para analisar o desempenho econômico-financeiro nos anos 2000, foram investigadas algumas características do Banco, a primeira delas é a distribuição da carteira de financiamentos do banco por setor de atividade, onde se pode observar uma participação muito forte da indústria de alimentos e bebidas, respondendo por cerca de 20% do total dessa carteira, em seguida é analisada a rentabilidade do Patrimônio Líquido, que vem apresentando resultados satisfatórios, foi analisada também a taxa de inadimplência do Banco que vem alcançando os menores níveis desde a sua criação. Foi estudado também o nível de risco da carteira de financiamentos do Banco, que se mostra sempre melhor que a média verificada no SFN. Por fim, foram investigadas as metas orçamentárias do Banco, comparando-as com os orçamentos verificados, é possível dizer que o Banco sempre alcança suas metas, sendo que somente em um índice o Banco não alcançou sua meta no período analisado e esse resultado não foi de todo ruim, pois ficou em 98% da meta.

O último capítulo desse estudo buscou mostrar as perspectivas de longo prazo do BRDE, para tanto, foi utilizado o Plano Estratégico de Gestão do BRDE para 2009-2012 e o Mapa e Indicadores Estratégicos para 2011-2015. Observou-se que o banco pretende manter sua conduta de responsabilidade social, além de alcançar um maior número de clientes, participando melhor do desenvolvimento da Região Sul.

Existem ainda questões pouco exploradas a respeito do BRDE, muitos podem ser os estudos futuros. Para uma análise mais profunda sugere-se temas como a Responsabilidade Social do Banco, o impacto das ações do BRDE na economia da Região Sul, histórias de sucesso entre o Banco e grandes empresas, uma análise das linhas de financiamento que o Banco disponibiliza, bem como a importância da relação BRDE-BNDES.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO. **Financiamento do Desenvolvimento**: Políticas de Financiamento de Longo Prazo, Funding e Formatação das Instituições Financeiras de Desenvolvimento. 1 ed. Rio de Janeiro: ABDE, 1994.

BNDES. **Programas e Fundos**: Programa BNDES de Sustentação do Investimento - BNDES PSI. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Psi/index.html>. Acesso em: 16 jun. 2011a.

_____. **Sistema BNDES**: FINAME. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/sistema_bndes.html>. Acesso em: 23 jun. 2011b.

BRDE. Conselho de Administração. **Filosofia Empresarial do BRDE**: Missão, Valores, Visão. Porto Alegre, 2010a.

_____. **Documento I**: BRDE - Principais Acontecimentos. Florianópolis, 1990a. Refere-se à liquidação do Banco.

_____. **Indicadores Estratégicos**: 2011-2015. Porto Alegre, 2010b.

_____. **Mapa Estratégico**: 2011-2015. Porto Alegre, 2010c.

_____. **Plano Estratégico de Gestão**: 2009-2012. Porto Alegre, 2008a.

_____. **Relatório de Administração**. Porto Alegre, 2003.

_____. **Relatório de Administração**. Porto Alegre, 2004.

_____. **Relatório de Administração**. Porto Alegre, 2005.

_____. **Relatório de Administração**. Porto Alegre, 2006. Disponível em:

<http://www.brde.com.br/media/brde.com.br/doc/adm_2006.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2010.

_____. **Relatório de Administração**. Porto Alegre, 2007. Disponível em:
<http://www.brde.com.br/media/brde.com.br/doc/adm_2007.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2010.

_____. **Relatório de Administração**. Porto Alegre, 2008b. Disponível em:
<http://www.brde.com.br/media/brde.com.br/doc/adm_2008.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2010.

_____. **Relatório de Administração**. Porto Alegre, 2009. Disponível em:
<http://www.brde.com.br/media/brde.com.br/doc/adm_2009.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2010.

_____. **Relatório de Administração**. Porto Alegre, 2010d. Disponível em:
<http://www.brde.com.br/media/brde.com.br/doc/adm_2010.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2011.

_____. **Seqüência dos Fatos**. Florianópolis, 1990b. Refere-se à liquidação do Banco.

CARIO, Silvio. A. F. Dinheiro, Preferência pela Liquidez e a Taxa de Juros: A Análise de Keynes. **Cadernos da FCECA**, Campinas, v. 3, n. 2, p. 93-103, JUL./DEZ., 1994.

CORAZZA, Gentil. Dinheiro, instabilidade e gestão monetária: de Minsky a Marx. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 1, p. 111-131, 1994.

CUNHA, André Moreira. O BRDE e o sistema bancário brasileiro: uma análise comparada. **Índices Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 191-220, 2002. Disponível em:
<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1397/1760>>. Acesso em 18 de Outubro de 2010.

FONSECA, Pedro Dutra. **Da Hegemonia à Crise do Desenvolvimento: a História do BRDE**. Porto Alegre: BRDE, 1988.

FONSECA, Paulo Cezar Dutra. Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 15, n.2, p. 225-256, 2004. Disponível em:
<http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/Origens_do_Desenvolvime ntismo.pdf>. Acesso em 26 de outubro de 2010.

GIL, A. C. **Técnicas de Pesquisa em Economia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, Wadrícia Luiza Vieira. **Empresa Estatal como Instrumento de Apoio ao Desenvolvimento Econômico: Estudo de caso sobre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES-1995-2008**. 2009. Monografia (Curso de Graduação em

Ciências Econômicas) – Departamento de Ciências Econômicas – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

GUARAGNI, Marcus Vinicius. **O Estado como indutor do desenvolvimento industrial: um estudo de caso paranaense**. 2006. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) - UniFAE - Centro Universitário Franciscano do Paraná. Curitiba, 2006.

IANNI, Octavio. **Estado e Capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasileira, 1989.

JAIME JR., Frederico G.; CROCCO, Marco (Org). **Bancos públicos e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia monetária**. 8. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2002.

LUCCAS, Jaime; SOUZA, Paulo Henrique. **Quatro décadas que mudaram a economia do sul**. Florianópolis: Expressão, 2006.

MARX, Karl. **O capital : crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Os economistas).

MOLLO, M. L. R.. Moeda e Taxa de Juros em Keynes e Marx: Observações sobre a Preferência pela Liquidez. **Estudos Econômicos**. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 5-28, 1988.

_____. A Importância Analítica da Moeda em Marx e Keynes. **Análise Econômica (UFRGS)**, Porto Alegre, v. 16, n. 29, p. 5-20, 1998.

OLIVEIRA, Argus, R. G.; MARTINI, Délson L.; SILVA, Paulo R. F. O Desenvolvimento em Crise: A Liquidação do BRDE. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, n. 10, p. 3-11, 1989. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1268/1629>>. Acesso em 18 de Outubro de 2010.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais: fundamentos e técnicas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PORTAL DE CONTABILIDADE (São Paulo). **COSIF 1 - Plano Contábil das Instituições do SFN: COSIF 1.6.2 - Classificação das Operações de Crédito por Nível de Risco e Provisionamento.** Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=nb-0602>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

REVISTA CRESCER: Criação e Consolidação de um Grande Projeto. BRDE, n. 35. jun. 2006. Edição Especial.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação Sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e Ciclo Econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TEIXEIRA, Natermes Guimarães. **Os Bancos de Desenvolvimento no Brasil.** 1978. Dissertação. Departamento de Economia e Planejamento Econômico – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1978.

_____. **Economia Monetária e Sistema Financeiro.** Campinas: Unicamp, 1992.